

## Entrevista com Antonio Carlos Robert Moraes

Paulo Cesar Scarim<sup>✉</sup>

Universidade Federal do Espírito Santo  
Vitória, Espírito Santo, Brasil  
[pauloscarim@hotmail.com](mailto:pauloscarim@hotmail.com)

### APRESENTAÇÃO

Entrevista com o professor geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (Tonico), realizada em 02 de Setembro de 2000 por Paulo Cesar Scarim e que faz parte da dissertação de mestrado, defendida na USP em 2000,<sup>1</sup> sob orientação da professora Ani Fani Alessandri Carlos. Revisada conforme normas em vigor, (ABNT, Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, 2009) e atualizada com referências bibliográficas e notas biográficas por Edison Luís dos Santos, doutor em Ciência da Informação, bacharel em Linguística e Biblioteconomia (USP), que concluiu pós-doc no IEA/USP em 2022. Todas as expressões entre “[ ]” são dos editores e foram utilizadas para acrescentar alguma palavra ou pontuação que ajudem na compreensão da entrevista. Para indicar que a frase está inacabada se utilizou “[...]”. Foram colocadas algumas referências em notas no fim do artigo, representadas em algarismos romanos para ajudar na compreensão dos propósitos de Antonio Carlos Robert Moraes, porém boa parte dos nomes citados não foi referenciada.

Antonio Carlos Robert Moraes nasceu em Poços de Caldas (MG) em 1954, mas viveu desde jovem em São Paulo. Formado pela USP em Geografia (1977) e Ciências Sociais (1979), foi militante do PCB e MDB durante a ditadura militar, experiência que marcou profundamente sua produção intelectual de matriz marxista. Concluiu mestrado (1983) e doutorado (1991) na USP, tornando-se professor titular em 2005 no Departamento de Geografia, onde coordenou o Laboratório de Geografia Política (GEOPO). Destacou-se como um dos protagonistas do movimento de renovação crítica da Geografia brasileira nos anos 1970-80. Sua obra mais conhecida é *Geografia: pequena história crítica* (1981), referência fundamental na formação de geógrafos brasileiros. Atuou como consultor governamental, desenvol-

vendo metodologias para gerenciamento costeiro, e ministrou cursos em universidades do Brasil e exterior. Faleceu em julho de 2015, deixando um legado para o pensamento geográfico crítico brasileiro.

## ENTREVISTA COM ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

**Paulo César Scarim (PCS):** A primeira questão diz respeito à sua entrada na geografia: O que era a geografia? Como você encontrou a geografia à época de seu ingresso?

**Antonio Carlos Robert Moraes (ACRM):** Entrei no curso de geografia bastante consciente. Fiquei um tempo sem estudar no colegial, fiz o último curso Madureza que houve, daqueles que você se emancipava e fazia por conta própria. Quando resolvi entrar para a faculdade pensei bem em que curso fazer, fiz uma avaliação boa nos cursos e, após ter tido dúvida entre geografia e história, acabei optando por geografia. Após concluir o curso Madureza (1973), prestei o vestibular e entrei bem classificado aqui na geografia, em primeiro lugar. A primeira coisa que percebi do curso foi que ele era demasiadamente empírico. Eram muito poucas as matérias que se dedicavam a uma discussão mais teórica. Por esse motivo, no final do primeiro ano do curso de geografia, em 1973, resolvi prestar vestibular para ciências sociais, consciente que não queria fazer carreira nas ciências sociais, mas complementar essa discussão de metodologia que eu sentia falta na geografia. O currículo na época era profundamente convencional dentro da geografia francesa e assentado na geografia regional. O currículo com o qual eu me formei continha a velha ideia de uma introdução à geografia física, uma introdução à geografia humana e a ideia de que a geografia regional seria a síntese. Um terço do curso era composto por geografia regional, pois esta era vista como a síntese das outras duas, além de ser bastante descritiva. Isso pode ser atestado pelas teses do período, inclusive as teses dos meus professores. Só para termos uma ideia, praticamente a única disciplina que trabalhava a geografia mais teoricamente no currículo era uma disciplina de primeiro ano que se chamava “Introdução à ciência geográfica”. Era um dos poucos espaços para se pensar a geografia como um todo do ponto de vista teórico. Eram dois professores que se dividiam para ministrá-la no departamento: o Manoel Seabra<sup>II</sup> e o Moacyr Marques,<sup>III</sup> com quem eu cursei a disciplina.

**PCS:** E aqui, no departamento de geografia, que discussões existiam, fora da sala de aula?

**ACRM:** Era um momento bastante difícil. Estávamos no auge da era Médici e isso era muito sensível na Universidade. Porém, era momento do início de reavivamento do movimento estudantil. Foi, então, a minha geração que de certo modo reativou os centros acadêmicos. Aqui mesmo, no Centro de Estudos Geográficos (CEGE), lembro que na época o presidente era o André Martin.<sup>IV</sup> Havia muita mobilização em torno do Centro Acadêmico e o próprio Diretório Central dos Estudantes (DCE) foi fundado em 1976. O primeiro presidente do DCE foi um aluno da geografia, Geraldo Siqueira,<sup>V</sup> o que mostra que a geografia era um dos centros de elaboração. Também havia o fato de eu estudar nas ciências sociais, que era uma escola já com uma tradição mais marcada por discussão política. Vivi uma época difícil no curso. Lembro bem quando morreu o Vladimir Herzog,<sup>VI</sup> que tinha sido um aluno da escola e era muito amigo da maioria dos professores. Realmente, o trauma foi forte. A discussão teórica e principalmente a discussão do método marxista era uma atividade cuja fronteira não era bem definida. Não havia essa separação tão nítida, tão enfática entre a discussão acadêmica e a discussão diretamente política. Na verdade, discutíamos marxismo, discutíamos problemas que estavam postos pela conjuntura política do país, mas fora da sala de aula. Era uma época na qual nós tivemos vários grupos de estudo, era um momento de reorganização partidária. Várias pessoas militavam em diferentes partidos, era uma época de reconstrução mesmo; participei de todo o processo de reconstrução do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um grupo extremamente pequeno. O partido tinha sido destruído pela repressão, sucessivas prisões, inclusive prisões de pessoas aqui da geografia, e assim toda essa discussão acabava refluindo para uma vida cultural e teórica muito rica, mas que no caso da geografia refletia muito pouco no curso.

**PCS:** Quando começa a sua participação política no processo construtivo do PCB? Como foi essa entrada e de que forma isso se refletiu nas leituras? De quais grupos de leitura ou de estudos você participou? Como eram essas leituras, já que essas duas esferas – a acadêmica e a política – estavam muito ligadas? Como isso se refletiu na sua produção?

**ACRM:** Venho de uma família como tradição de esquerda, de militância política. Cheguei a participar de um movimento secundarista por volta de 1968/1969. Foi uma experiência muito traumática para a minha geração esse período, porque a política desaparece, ou melhor, de 1970/1971 até 1972 aparentemente não há política, ao menos para mim não havia. Ao entrar na

faculdade em 1973, retomo alguma coisa em termos de participação política. Era ainda um momento muito incipiente e, rapidamente, por afinidades no modo de pensar, no modo de ver a resistência, as pessoas começaram a se agrupar. Neste momento, a grande questão que se colocava era participar ou não participar do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A gente estava ali no primeiro rescaldo de avaliação da própria luta armada. Com exceção da guerrilha do Araguaia, os outros movimentos de resistência armada já haviam sido desativados em grande parte pela repressão e a discussão do momento era essa. Havia, de um lado, os que defendiam uma ampla frente democrática para isolar o regime e, de outro lado, aqueles que achavam que a ruptura já se daria necessariamente encaminhando para uma revolução socialista ou algo assim. Sou da turma que reorganizou o PCB. A direção tinha ido para o exílio e havia, inclusive, orientação da direção de não reorganizar o partido. Eles achavam que não havia condições de segurança. Mas um grupo razoavelmente dissidente resolve, por conta própria, reestruturar o partido e com uma perspectiva de atuação de massa que pode ser traduzido como ideia de atuação no MDB, atuação na sociedade civil. De certo modo, nós também organizamos a juventude do MDB, mas era ainda um grupo muito restrito, muito pequeno, e com a ameaça constante da repressão. Obviamente, essa opção política trazia uma opção teórica que o curso na geografia não ofertava elementos. Já no curso nas ciências sociais era diferente. Estudávamos Karl Marx como disciplina: sociologia I, sociologia II, ciência política etc., o que gerava a discussão, ainda que muitas vezes feita de forma bastante gelada ou desbaratinada, mas estava posta. Esses grupos de discussão por afinidade não ficavam restritos à geografia, mas também participavam pessoas oriundas das ciências sociais, filosofia. Então, rapidamente, diagnosticamos a necessidade de uma leitura sistemática, seguida de um seminário sobre a obra *O capital*, pensado por nossa própria conta, eu e o Wanderley Messias da Costa<sup>VII</sup>. De certo modo, tivemos o primeiro resultado disso quando publicamos em 1979 numa revista chamada *Temas de Ciências Humanas*<sup>VIII</sup>; era uma publicação de resistência e com certa hegemonia do pessoal do próprio Partido Comunista especialmente dos assim denominados eurocomunistas, isto é, aqueles que tinham mais influência de Antonio Gramsci<sup>IX</sup> e da experiência do Partido Comunista italiano. Os teóricos-chave eram o Carlos Nelson Coutinho<sup>X</sup> e o Leandro Konder.<sup>XI</sup> É interessante assinalarmos que eram autores meio marginalizados em relação ao próprio campo acadêmico das ciências sociais, quer dizer, nunca um

professor meu das ciências sociais recomendou algum texto, por exemplo, do Carlos Nelson Coutinho. Íamos buscar essa bibliografia por fora e tocávamos, com nosso próprio esforço, uma leitura d'*O capital*. Com frequência íamos conversar com outras pessoas. Uma delas foi o professor José Arthur Giannotti<sup>xii</sup> que sempre se mostrou solícito para discutir. No curso de ciências sociais, uma referência forte era o professor Braz José de Araújo,<sup>xiii</sup> na época. Assim fomos avançando nesta leitura e estudamos em um curso que durou um ano e, para mim, particularmente, foi muito importante; sua temática estava relacionada à obra de Georg Lukács,<sup>xiv</sup> e foi ministrado pelo professor José Chasin<sup>xv</sup> que, na época, lecionava na Escola de Sociologia e Política (FESP). Era um curso formado mais por militantes do que por acadêmicos, mas vindos de várias áreas: medicina, economia etc. Este curso, que foi oferecido pelo professor Chasin nos fins de semana, em sua própria casa, foi importante pra mim porque era uma leitura mais sistemática. De certo modo, a estrutura de minha dissertação de mestrado em grande parte foi assentada nas ideias do Lukács e na leitura d'*O capital*, teorias da mais-valia e uma série de comentaristas dessas obras. O primeiro resultado, então, que apareceu disso foi exatamente este texto da Revista *Temas de Ciências Humanas*, publicado em 1979, que se chama "Valor, espaço e a questão do método". Este texto já fornecia as ideias básicas que posteriormente eu e o Wanderley Messias da Costa desenvolvemos no livro *A valorização do espaço*, publicado em 1984.<sup>xvi</sup>

**PCS:** Por que a questão do valor?

**ACRM:** A nossa entrada, quero dizer, o meu ingresso e o do Wanderley Messias da Costa, de certa forma se deu por meio da geografia econômica, ou seja, na época praticamente não se falava em geografia política. A geopolítica era vista como o discurso do regime e era identificada como um discurso essencialmente autoritário, dos militares. O primeiro caminho que vemos na geografia é o da geografia econômica. Nesta época aparece um professor que estava vindo da economia para a geografia. E, apesar de ser da geografia, esse professor também ministrava curso na faculdade de economia (FEA). Ele sequer dispunha de uma sala aqui no departamento. Eu me refiro ao professor Armando Corrêa da Silva,<sup>xvii</sup> que vinha com a proposta do que ele chamava na época de uma "reflexão em geoeconomia". Esta palavra se perdeu um pouco; hoje em dia pouca gente usa, mas, na época, reforçava bem a ideia de que havia uma necessidade de se desenvolver uma geoeconomia.

Diga-se de passagem, a tese de doutoramento do professor Armando Corrêa da Silva, defendida por volta de 1975, cuja defesa eu assisti, é a primeira tese aqui no departamento a usar explicitamente, se bem que uma forma ainda desbaratinada, uma bibliografia marxista. Salvo engano de minha parte, ele é o primeiro autor a citar Kautsky,<sup>xviii</sup> ou seja, a levantar a questão da renda fundiária, a trazer a discussão da teoria da dependência para a geografia. Sua tese, *O litoral norte do estado de São Paulo*, é um diálogo com a teoria da dependência.<sup>xix</sup> Assim, talvez até por essa influência do Armando, nossa porta de entrada, minha e do professor Wanderley, tenha sido a geografia econômica. Em elegendo a geografia econômica como campo de discussão, o passo seguinte foi buscar alguma formação em termos de economia política, então não apenas lemos alguma coisa de economia neoclássica, mas, pela opção política e metodológica, a atração toda foi direcionada para a economia política. Aí, qual não foi a minha surpresa, ao chegar à economia política, mesmo estudando os autores pré-marxistas (David Ricardo, Adam Smith, os fisiocratas etc.). Então, nós deparamo-nos com uma discussão que, para nós, era uma discussão diretamente aliada à geografia: relação homem e natureza, o papel da natureza na composição do valor... Aquilo significou um grande ânimo para nós e inclusive iluminou bem a leitura da obra *O capital*. Interessante: primeiramente, nós lemos as teorias da mais-valia, passamos por alguns textos como *A riqueza das nações* de Adam Smith; lemos alguns artigos de autores fisiocratas; lemos algumas coisas do David Ricardo<sup>xx</sup> e quando passamos a ler *O capital* já procurávamos abordar certas discussões que seriam aquelas que teriam mais contato com a geografia. Fizemos, então, uma leitura seletiva de *O capital*, ou melhor, destacando capítulos onde essa discussão aflorava mais intensamente. Por exemplo, o capítulo 5 do livro 1, no qual há uma forte discussão da relação homem e natureza; o começo do livro 3 onde aparece a temática do lucro suplementar, da renda e até algumas outras obras, tais como por exemplo, *Formações econômicas pré-capitalistas e Contribuição à crítica da economia política*, que eram obras onde os temas que considerávamos geográficos recebiam maior tratamento. Há um texto que apresentamos (eu e Wanderley Messias da Costa) em Fortaleza, no Encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)<sup>xxi</sup> de 1978, no qual fica muito claro o plano de pesquisa que estávamos trabalhando na época que vingou alguns anos mais tarde na publicação da primeira edição do livro *A valorização do espaço* em 1984. Consideramos esse livro o primeiro resultado mais acabado desse processo.

**PCS:** Fale um pouco do movimento de renovação da geografia. Quando você começa a sentir esse momento? Como se delineou esse movimento?

**ACRM:** Os encontros e congressos da AGB são interessantes para traçarmos essa cronologia. Se analisarmos, por exemplo, o Congresso de Belém, em 1974 – do qual eu não pude participar, mas vários amigos meus estiveram presentes, como o Wanderley e o Armando –, a impressão é que foi uma festa da geografia quantitativa, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dando o tom. O tema do congresso era “integração nacional”, o tema do regime militar, e ainda mais fazendo o congresso na Amazônia. Para você ter uma ideia, o congresso foi feito na sede do Banco da Amazônia. Um congresso muito rico, com muitos coquetéis, muitos passeios, e naquele momento o que se poderia desenhar como resistência àquele discurso era um grupo de meia dúzia de pessoas. Havia outro grupo que, até de certa forma coerente com a própria postura de não participar de nada, pois considerava que tudo era obra do regime, simplesmente não frequentava os congressos. Então, quem comparecia de fato para discutir era um pequeno grupo. Eu ressaltaria que o líder desse pequeno grupo foi o professor Armén Mamigonian.<sup>xxii</sup> O Armén encarou a discussão em 1974 e em determinado momento ele chama o Speridião Faissol<sup>xxiii</sup> de fascista no meio do plenário, quando então foi vaiado. Em 1976, no encontro de Belo Horizonte (do qual também participei) o domínio dos geógrafos quantitativos ainda era muito grande. Porém, a ala que se contrapunha a eles, já começava a ser, não vou dizer numerosa, mas já era um pouco maior. Lembro-me nesse encontro de um debate pesado entre o Armando Correa da Silva e o Nilo Bernardes,<sup>xxiv</sup> no qual cerca de dez pessoas se levantaram para defender o Armando e, possivelmente, as outras 400 ou 300 pessoas que estavam neste plenário defendiam claramente a posição do Nilo Bernardes. É interessante assinalar que é uma situação muito diferente da que vivemos hoje. Vale lembrar que naquele momento existia uma direita ideológica na geografia, que estava muito ligada à defesa da profissão. Havia muito emprego para geógrafo no projeto militar. Vários geógrafos conhecidos trabalharam em diferentes órgãos. Os militares tinham uma visão geopolítica do país e davam ênfase ao planejamento regional, ao ordenamento territorial, ao levantamento de recursos naturais. Então, a questão era passada para a geografia como uma questão profissional, ou seja, quem combatia esse projeto aparecia na discussão como alguém que combatia a abertura de postos de trabalho para os geógrafos. Eu cheguei a acompanhar em sala de aula, nas turmas em que mi-

nistrei disciplinas aqui no departamento, discussões e seminários totalmente apoiados nos autores da bibliografia governamental, o que hoje em dia é quase impensável. Lembro, por exemplo, de uma vez que em um seminário houve discussão acirrada na classe porque as pessoas que estavam apresentando basearam todo o trabalho delas em bibliografia de Delfim Neto. Uma série de pessoas que depois vão até se colocar como pessoas da esquerda geográfica, naquele momento estavam profundamente envolvidos com a geografia quantitativa e com a proposta toda da integração nacional, que era o discurso militar. Por exemplo, o Rio de Janeiro quase que inteiro, naquela época, jogava neste diapasão; o IBGE inteiro, sem ressalvas. Em 1978 é que começamos a sentir a mudança, que vem de fora para dentro da geografia. A eleição de 1976, o avanço do MDB etc. Apesar de ainda vivermos no regime ditatorial em 1978, o clima político era muito diferente do de 1974. A tal da abertura, mesmo que lenta, gradual, já se punha no horizonte e isso fica claro nesse momento. E o que é que aparece em 1978, no fim do encontro de Fortaleza? Para começar aparece o movimento estudantil organizado, coisa que não aparecia em 1976; aparece claramente um embate teórico; Milton Santos retorna em 1978. Diga-se de passagem, Milton Santos foi como um meteorito que caiu.<sup>xxv</sup> Nunca nenhum professor meu indicou-me um texto do Milton Santos, apesar de muita gente visitar bastante a França, onde o Milton tinha vários livros publicados. O primeiro livro que eu vi do Milton Santos foi na Unicamp. Fui um dia à biblioteca da Unicamp e encontrei um exemplar em francês do livro *Espaço dividido*. Fiquei fascinado, primeiro por existir uma geografia desse tipo, que eu buscava, e depois por se tratar de um autor brasileiro de quem eu nunca tinha ouvido falar. Ou seja, eu só fui ouvir falar do Milton Santos fora da geografia. Em 1976 visitei a Europa na condição de “mochileiro” e vi que lá o pessoal discutia muito o tal do Milton Santos, que era um brasileiro que eu nunca tinha ouvido falar. Então, em 1978, Milton Santos foi ao encontro da AGB e, sem dúvida alguma, ele foi um polo forte nesse evento. Mas, para termos uma ideia, se analisarmos os Anais do encontro de 1978 veremos que, por exemplo, Roberto Lobato Correia<sup>xxvi</sup> ainda apresentava um texto quantitativo. Inclusive, discuto com ele um modelo matemático para a análise da organização intraurbana e o questiono bastante na discussão lá. Também em 1978 aparece um pessoal do Rio de Janeiro que não conhecíamos. É o meu primeiro contato pessoal com Carlos Walter Porto-Gonçalves,<sup>xxvii</sup> que de certa forma representava um grupo parecido com o nosso no Rio de Janeiro. E em 1978 era assim: um

grupo de pessoas com interesse militante, que estava buscando uma geografia diferente, uma geografia mais politizada, de esquerda. Se você analisar o encontro de 1980, verá que já se delineia como um encontro de esquerda. Então, se você pegar essa sequência 1974, 1976, 1978, 1980, a coisa muda do avesso nesse itinerário. Penso que talvez seja do ponto de vista histórico um bom indicador trabalhar com os Anais destes Encontros e Congressos. Ver-se-á pelos próprios temas como a coisa rapidamente muda de perspectiva.

**PCS:** E em 1978/1980 você já tinha uma perspectiva comum desse conjunto do movimento, ou não?

**ACRM:** Não. A resistência ainda coloca muitas ações em comum, mas por assim dizer, do ponto de vista tático. Nós estamos fracos, nós vamos até trabalhar juntos, mas as identidades já são razoavelmente diferenciadas. Lembro, por exemplo, da eleição 1974; se não me engano, foi lançada uma chapa que era estranhíssima, mas era a chapa na qual todo mundo jogou muito peso. Ela se denominava “Diga não à situação” e era uma dobradinha entre o Airtton Soares, deputado federal que depois será um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (que foi um deputado importante do PT até romper com o partido), e o Alberto Goldman que era o deputado carimbado do PCB. E saem juntos: o Alberto Goldman e o Airtton Soares se candidatam para deputado federal, claramente numa proposta de aliança. Agora, as identidades já eram demarcadas até porque um grupo grande, talvez quase a maioria desse pessoal de oposição nesse momento, tinha relações partidárias. Então, naquele momento as orientações e mesmo os passados partidários eram muito demarcados. Por exemplo, o que seria uma cultura política da Ação Popular (AP) era muito bem definido e se defrontava muito com a cultura política do PCB. Inclusive, havia muita gente da AP que passou rapidamente via Aliança Libertadora Nacional (ALN), pela luta armada. Em termos de movimento estudantil, isso ia rebater em agrupamentos diferentes. Por exemplo, o pessoal da AP, grosso modo, na chapa que se chamava “Refazendo”, o pessoal do PC, com muita ironia, sempre na chapa dos “Independentes” e havia o Partido Comunista do Brasil (PC do B) como outro aglutinador de forças que tinha também uma chapa estudantil forte chamada “Caminhando”. Então, esses eram os três grandes agrupamentos no âmbito estudantil e, de certo modo, isso se projetava na geografia. Uma questão que dividia muito era a do voto nulo. Havia grupos que mesmo nas eleições de 1978/1980 ainda propunham o voto nulo. Por outro lado, havia gente que já trabalhava no

antigo MDB e este era um divisor de águas fortes entre quem aceitava a luta institucional e quem não a aceitava. Tinha também a avaliação do que foi a luta armada e aí passava até por um nível teórico. O que foi a luta armada? Foi uma aventura? Ajudou o regime? Era o caminho adequado? Hoje há mais distanciamento para fazer essa discussão. Na época, falava-se do passado imediato. E no meio de tudo isso houve muitas prisões, experiências subjetivas muito difíceis para as pessoas, o que de certo modo as aproximava. Não vou negar que aproximava, mas não dirimiam essas diferenças; que eram diferenças partidárias, diferenças ideológicas e até mesmo diferenças teóricas que estavam por trás.

**PCS:** E como se deu isso aqui na geografia?

**ACRM:** Na geografia havia à época um agrupamento da corrente “Refazendo”, cujas principais lideranças eram o Geraldo Siqueira e a Lêda Areias.<sup>xxviii</sup> Nesse momento se forma a Convergência Socialista, que tem um líder na geografia. Inclusive, na geografia ele era muito quietinho, vamos dizer assim, e depois vai se revelar uma liderança forte, que é o Gumercindo Milhomem.<sup>xxix</sup> Tanto o Geraldinho quanto o Gumercindo foram alunos da minha classe. O Gumercindo foi presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e há que se ressaltar que essa presença dos geógrafos nos movimentos de professores é bastante grande. Há também um pessoal mais identificado com o PC historicamente, como é o caso do Armando Correa da Silva, que foi secretário da base da faculdade de filosofia da Maria Antônia, então era um indivíduo com certa visibilidade; entre os mais jovens, estavam o André Martin, eu e o Wanderley Messias da Costa. Há ainda uma área difusa, sem vinculações partidárias. Tem um pessoal que acaba indo para Rio Claro, que tem alguma proximidade com o PC do B, mas são os mais clandestinos, então eles não se colocavam tão claramente como essas outras organizações. Supúnhamos que fulano de tal era do PC do B, mas não havia uma explicitação; por exemplo, já no caso do PCB, isso era claríssimo, porque o PCB tinha por orientação uma atuação de massa. Ou seja, assinávamos matéria no jornal que fazíamos, chamado *Voz da Unidade*, com o nosso verdadeiro nome. Então era diferente dos agrupamentos que se colocavam numa perspectiva mais de clandestinidade, mais de um partido de quadros, onde se resguardavam mais. Havia todos esses agrupamentos e tinham as alianças conjunturais. Tem também a história fora de São Paulo. Há episódios muito engraçados. Os partidos eram desor-

ganizados, então há pessoas que, por exemplo, eram do PCB e no Encontro da AGB no Rio de Janeiro (1980) se posicionaram contrárias a nós. Só depois é que eu soube que eram do PCB. Isso acontecia, pois ainda havia muita clandestinidade, não havia uma articulação; o partido não funcionava como a inteligência militar achava que o partido funcionava, ou seja, aquela coisa como se funcionasse que nem música. Então estes agrupamentos extralocais acabavam se construindo mais por afinidade. Por exemplo, se o sujeito era do PCB, mas era mais espontaneísta, a tendência dele era se agrupar com setores mais espontaneístas, até de outro lugar, até de outra organização. Penso que somente nos anos 1980 é que chegamos às matrizes de atuação e isso vai acontecer nos partidos mais organizados, conferindo nitidez à vida partidária. Somente nesses casos os agrupamentos adotavam um tom mais partidário. No encontro do Rio de Janeiro, em 1980, acaba saindo uma chapa única. Foi muito engraçado, porque na última assembleia uns 5, 6 grupos se unem para formar uma chapa. Em primeira mão, se achava que cada um lançaria um candidato, mas no meio do processo esses grupos vão se unindo até que vira um grupão só. E sai uma chapa de consenso que expressa essa frente de esquerda que está presente na geografia. Em 1982 houve um Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) no Rio, e o Milton Santos chega a tentar fazer uma reunião explícita dessa frente de esquerda na casa dele; convida as pessoas chave das várias organizações. Para você ter uma ideia, nessa reunião não chegaram a participar nem 20 pessoas.

**PCS:** Quem eram essas pessoas?

**ACRM:** Lá nessa reunião estavam presentes Armén Mamigonian, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Ruy Moreira<sup>xxx</sup> e daqui de São Paulo, eu e o Wanderley Messias da Costa. Estou em dúvida, não me lembro se o Ariovaldo Umbelino de Oliveira<sup>xxxi</sup> e o Manoel Seabra compareceram; o Armando Corrêa da Silva estava na reunião com certeza e havia mais algumas pessoas. Não me lembro de quem estava presente, mas certamente não chegava a vinte pessoas. O Milton Santos faz a proposta explícita de a gente manter a frente de esquerda com uma plataforma comum da geografia, independente das opções partidárias. Essa reunião não deu em nada, já não havia condições.

**PCS:** Mas houve o debate, houve a conversa...

**ACRM:** Sim, houve a conversa. Alguns discursos foram bastante esquizofrênicos. Teve gente, por exemplo, que disse: "Eu estou aqui, mas não poderia estar

aqui, porque as minhas convicções de uma política de base não me permitem participar de reuniões de cúpula”. Na verdade, o que já tinha era uma estruturação partidária que impedia ações suprapartidárias em grande parte. Lembro que um dia desses estava conversando com algumas pessoas, contando sobre a última convenção do MDB. O episódio foi engraçadíssimo. Havia três chapas: uma que era a chapa do pessoal que achava que não se deveria romper a frente antes de garantir a eleição direta para presidente, essa chapa congregava os históricos do MDB, ou seja, Franco Montoro, Ulisses Guimarães, contando basicamente com o PCB, cujo candidato a secretário era o Alberto Goldman; outra chapa, mais à direita, contava com Samyr Achoa e pessoas a ele ligadas; finalmente, uma chapa bem à esquerda, que se chamava Unidade Popular (chapa do pessoal que vai constituir o PT) aliada com o PC do B;<sup>xxxii</sup> inclusive, o candidato deles ao cargo de secretário-geral era aquele deputado Aurélio... (não me ocorre agora o seu sobrenome),<sup>xxxiii</sup> que era um líder sindical conhecido do PC do B; pasmem, mas o candidato a presidente dessa terceira chapa mais à esquerda era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Por quê? Porque a costura se dava via grupo de Articulação Política (AP); então, José Serra, Fernando Henrique Cardoso e outros estavam com esse agrupamento que no futuro, pouco depois da convenção 1979, veio colaborar na fundação do PT; esse grupo da AP também contava com Francisco Weffort.<sup>xxxiv</sup> O contraponto era o pessoal do PCB que, na aliança interna do MDB dialogava, por um lado, com Ulisses Guimarães e dialogava por outro, com o próprio Orestes Quécia. Ou seja, no momento em que o Milton Santos chamou essa reunião já não havia clima para manter a tal frente somente na geografia, até porque as pessoas já estavam brigando em outros lugares. Eu mesmo: graduei-me em 1977, presto um concurso para recém-formado aqui na USP e quem ganha o concurso é o Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Eu fiquei em segundo lugar. Por coincidência, a Unicamp demanda um professor para a geografia. Diz que não quer fazer concurso, pois não tinha o curso de geografia lá e seria só um professor para as ciências sociais, história e economia e eu fui indicado. Assim, rapidamente vou para movimento docente, que está começando a se reorganizar. Então, participo da assembleia de fundação da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior (ANDES) em Campinas, participo de todos os primeiros congressos da ANDES (cheguei a ser candidato ao cargo de vice-presidente da ANDES na primeira vez que houve disputa de chapas). Assim, fica difícil fazer uma aliança na geografia se de repente eu encontro com colegas que num congresso da ANDES, por exemplo, são meus adversários. Ou seja, aquela

frente que havia sido composta ao longo dos anos 1970 não resiste à entrada dos anos 1980, ela se rompe e se rompe até mais por esses motivos externos. Internamente, a discussão até fluía. Mas o que acontece é que conforme se organizam os partidos começa um uso na lógica partidária das instituições, aí a própria discussão acaba sofrendo em função disso, porque as pessoas comecem realmente a caminhar numa lógica mais claramente partidária.

**PCS:** E a discussão teórica, como ela se deu neste momento?

**ACRM:** Neste momento começamos este processo que eu chamo de certa hegemonização do marxismo na geografia brasileira. De certo modo você tem polos formuladores bem claros. Já havia a discussão aqui da USP, que envolvia um grupo razoável de pessoas, os jovens professores que, na época, éramos nós. Somos todos mais ou menos da mesma geração, da mesma classe (eu, Ana Fani Alessandri Carlos,<sup>xxxv</sup> Wanderley Messias da Costa e Sandra Lencioni),<sup>xxxvi</sup> ou seja, eram as pessoas assim que apareciam para essa discussão. O Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um pouco mais velho do que a gente, mas também participante dessa discussão, assim como o pessoal do movimento estudantil. Várias dessas pessoas que estou mencionando neste momento já estão entrando para dar aula. Eu, por exemplo, sou contratado aqui em 1982. Acho que dessa geração, fui o primeiro. Logo em seguida, foram contratados o Wanderley Messias da Costa e a Ana Fani, que entram juntos num concurso e, na sequência, a Sandra Lencioni. É uma renovação razoavelmente rápida e então havia este grupo aqui. No Rio de Janeiro, cito o Ruy Moreira e o Carlos Walter Porto-Gonçalves que, em certo momento, por razões que realmente desconheço, brigam e vão conformar dois grupos. Digamos que havia certa ala de esquerda histórica que estava meio abafada e que começou de repente a se manifestar. Podemos lembrar o Orlando Valveide,<sup>xxxvii</sup> o Manoel Seabra aqui na USP, o Manoel Corrêa de Andrade<sup>xxxviii</sup> e, sem dúvida, a vinda de Milton Santos que foi realmente um acontecimento de impacto na geografia. Grosso modo, eu mapearia assim este primeiro momento.

**PCS:** Antes de prosseguir falando sobre esse grupo que você mapeou daqui e que teve um momento de discussão importante, gostaria que você comentasse como foi o seu contato, por exemplo, com a publicação da obra *Por uma geografia nova* do Milton Santos?<sup>xxxix</sup> Você o leu de imediato, leu depois, enfim, como foi seu contato direto com ele?

**ACRM:** Eu já havia feito um contato inicial com o Milton Santos que veio dar uma palestra aqui no departamento: ele tinha vindo sondar se havia condições para o seu retorno, isso deve ter sido em 1976. Esta palestra foi um marco. E foi muito emocionante, pois era uma época ainda bem difícil. Ele termina chorando!

**PCS:** Palestra aberta!?

**ACRM:** Uma palestra aberta. Se não me engano foi a AGB que promoveu. Estava lotado de gente e acabou sendo um dos marcos da abertura na geografia. O Milton Santos foi apresentado pelo professor José Ribeiro de Araújo Filho.<sup>XL</sup> É interessante porque o Araújo era uma pessoa do *Establishment* da geografia. Eu já conhecia o Milton Santos por intermédio das leituras. *O espaço dividido* eu tinha lido em francês. Procurei *As cidades do terceiro mundo*, que era um livro que estava esgotado, mas encontrei em um sebo e li. Era uma edição antiga da Civilização Brasileira. Então, quando o professor Milton Santos chegou até nós foi bom, era como se tivéssemos um general para a nossa batalha. Ele, por sua vez, faz a sua política. É interessante que neste momento ele se aproxima muito mais do pessoal do Rio de Janeiro, do que dessa turma jovem de São Paulo. Lembro-me que em Fortaleza ele chamou-me de “marxista axilar”, isto é, que anda com o livro de Marx embaixo do braço. Não é uma expressão, vamos dizer assim, simpática. Mas ele sempre me tratou muito bem, conversava muito comigo. Porém, politicamente, num primeiro momento, ele se agrega mais ao pessoal do Rio de Janeiro.

**PCS:** Quem é esse pessoal que você está mencionando?

**ACRM:** Basicamente, o Ruy Moreira. Eu diria até que a candidatura do Ruy à presidência da AGB, da primeira vez, foi praticamente patrocinada pelo Milton Santos. Aqui em São Paulo nós tínhamos relações de amizade, fomos colegas. Mantínhamos um debate que vai se alargando, e aí basicamente era esse pessoal que já mencionei: Ana Fani Alessandri Carlos, Sandra Lencioni etc. Acho que um bom indicador desse debate é a publicação do boletim *Borrador* da AGB.<sup>XLI</sup> Ali se concentrava todo esse pessoal que estava estudando. O Armando Corrêa da Silva organiza um encontro no Rio de Janeiro, muito interessante, com o título “Filosofia e Geografia”. Foi um momento de balanço, talvez tenha sido o primeiro balanço nacional dessa discussão.

**PCS:** Você participou?

**ACRM:** Estive presente, sim. Daqui do departamento de geografia estavam presentes Ana Fani, Odete Seabra,<sup>XLII</sup> Sandra Lencioni, Wanderley Messias da Costa e José Willian Vesentini e o professor Milton Santos, entre outros.<sup>XLIII</sup> Do Rio de Janeiro, compareceram Carlos Walter Porto-Gonçalves, Ruy Moreira, Roberto Lobato; agora, não me lembro bem se a Lia Ozório<sup>XLIV</sup> e a Leila Christina Duarte Dias<sup>XLV</sup> já haviam apresentado alguma coisa. Como se pode ver, ainda era uma discussão restrita ao núcleo Rio-São Paulo. Fora desse eixo, as pessoas atuavam muito isoladamente. Lembro a figura do Gervásio Neves<sup>XLVI</sup> no Rio Grande do Sul como referência progressista, Manoel Corrêa de Andrade no Nordeste; nessa época o Heinz Dieter Heidmann<sup>XLVII</sup> e o Jean Bittoun já estavam trabalhando no Nordeste,<sup>XLVIII</sup> mas saindo do eixo Rio-São Paulo, nem se poderia falar em uma discussão propriamente dita; eram algumas pessoas atuando isoladamente.

**PCS:** Que encontram também momentos isolados. Correto?

**ACRM:** Exatamente. Temos as referências de cada um dos pesquisadores atuando no seu lugar como representante de uma determinada região, a exemplo do José Borzacchiello da Silva<sup>XLIX</sup> no Ceará e do professor Moacyr Madruga<sup>L</sup> na Paraíba. Para você ter uma ideia, por exemplo, lembrei agora que o Moacyr Madruga convidou-nos, a mim e ao Wanderley, para ministrar o primeiro curso que eu dei fora de São Paulo, em 1980 na Paraíba. Para você ter uma ideia do clima da época, o Moacyr faz uns cartazes imensos, escrito "Geografia e Marxismo", vermelhos, que foram espalhados pela universidade inteira. No dia em que iríamos começar o curso, ele foi proibido. Houve uma discussão muito intensa, com a entrada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) etc. Em meio a esta grande discussão local, nós fomos convocados pela Polícia Federal para dar explicações – diga-se de passagem, o Superintendente da Polícia Federal chamava-se 'Marimbondo Vinagre', nunca me esqueço disso. E o curso foi proibido! Simplesmente proibido! O curso acabou sendo dado na sede da OAB da Paraíba, ou seja, quem bancou o curso foi a OAB, a Universidade não bancou. Desse curso, participaram várias pessoas às quais poderíamos chamar "segunda geração da geografia renovada", principalmente do Nordeste. Várias pessoas, que depois vieram a ser importantes no movimento, participaram desse curso. Inclusive, porque esse curso galvaniza: vem gente do Ceará, do Recife, porque era um negócio novo na geografia, muito novo. Principalmente lá. Mesmo aqui em São Paulo, era uma discussão que estava

começando. O Moacyr Madrugá, inclusive, tem esse curso inteiro gravado em fita. Um tempo atrás estive na casa dele e ele mostrou-me a gravação do curso. Dei risada. Quanta besteira que eu falava naquela época! (risos)

**PCS:** Gostaria de retomar a questão do seu contato com o livro *Por uma geografia nova...*

**ACRM:** O livro vem com uma proposta, com começo, meio e fim. Para mim, por exemplo, *Por uma geografia nova* teve muito mais impacto do que o livro do Yves Lacoste, que saiu praticamente na mesma época.<sup>LII</sup> Já tínhamos contato com artigos do Milton Santos. Pessoalmente, acho que foi muito importante o artigo intitulado “A formação econômica e social como teoria e método” do livro *Espaço e método*, publicado em 1985 (obra que de fato antecedeu, preparou o terreno para *Por uma geografia nova*) e “Espaço e tempo na sociedade subdesenvolvida”, publicado nos Anais da AGB em 1978. Entendo que *Por uma geografia nova* apresenta a teoria mais completa, mas que já estava picada nas outras obras, já estava presente em palestras anteriores do Milton Santos. Salvo engano, *Por uma geografia nova* foi publicada em 1978; em seguida saiu uma obra importante do Harvey,<sup>LI</sup> que foi traduzida pelo Armando Correia da Silva enquanto o Moacyr Marques traduziu *Marxismo e geografia* do M. Quaini. Foram publicados praticamente juntos. Então, diria que são quatro os livros básicos desse processo: *Por uma geografia nova* (Santos), *A geografia – isso serve para fazer a guerra* (Lacoste), *Justiça social e a cidade* (Harvey) e *Marxismo e geografia* (Quaini).<sup>LI</sup>

**PCS:** Com base nessas obras, qual tipo de geografia estava contemplada nelas, quais as questões eram mais centrais, ou seja, que marcaram essas obras?

**ACRM:** O que marcou mais foi o rompimento com a geografia anterior. Então, mais do que uma proposição eu diria que o primeiro momento é de ruptura com a geografia anterior e que é uma ruptura radical. Todos nós buscávamos pistas, naquela época, para a *Nova geografia* e essas obras nos forneciam parâmetros. A discussão que se põe no primeiro momento, a meu ver, é uma discussão de ortodoxia. Ou seja, de um lado temos o Milton Santos com uma proposta mais eclética; por outro, Quaini com uma leitura mais especificamente sobre Marx, vale o mesmo para o Harvey. Para mim, então o Harvey e o Quaini apareciam como um elemento de ortodoxia que me era simpático. O Milton na época era muito eclético, para o meu gosto e o Lacoste era meio indefinido nessa coisa da proposição. Havia uma sus-

peita sobre o Lacoste em relação à obra *Geografia do subdesenvolvimento*, ou seja, a leitura específica do que tinha sido a *Geografia ativa*<sup>LIV</sup> não era muito clara para nós; até porque nós estudamos com professores que traduziram a *Geografia ativa*, ainda descolocada num campo da geografia que não era o que a gente queria. A primeira questão que se põe é a da ortodoxia, tanto que a primeira grande discussão é a discussão do método. O que é o método? Qual é o método? Este é mesmo o método? Como ler o método? Qual o papel do método?

**PCS:** O método seria o marxismo?

**ACRM:** Seria o marxismo. E aí teremos várias proposições tentando, dentro do marxismo, sugerir uma geografia. Exceto a obra de Milton Santos, os dois primeiros livros da nova geração que foram publicados são: *O que é geografia*, escrito pelo Ruy Moreira e *Pequena história crítica*, de minha autoria. É fácil estabelecer paralelos entre os dois livros, apesar de proposições diferentes. Há certo clima comum nos dois livros. Inclusive, entre outras coisas, a tentativa de contar a história da geografia para superar essa história, está presente nos dois livros, bem como a tentativa de sinalizar algo metodológico para frente. No meu caso, essas duas partes estão divididas: *Pequena história crítica* que está mais para “acerto de contas” e, de certa forma, *A valorização do espaço* mais como uma proposição; este é um livro que poderia se dizer ortodoxo, no bom sentido. Possui uma coerência metodológica muito bem definida. Hoje em dia sou muito mais heterodoxo (risos). Mas, lendo o livro, eu consigo ver que ele tem uma coerência, é lógico. Para mim, a busca dessa coerência metodológica se colocava de modo muito forte e eu não via isso no Milton. Inclusive, esta era uma discussão muito explícita que tive com ele. Se nós consultarmos, por exemplo, o prefácio do *Trabalho do geógrafo no terceiro mundo*,<sup>LV</sup> o Milton Santos já passa um recado ali que é meio uma bordoadá naqueles que pensaram como eu. Ele diz explicitamente que o método não pode ser camisa de força e a gente vinha batalhando por uma pureza metodológica. Porém, se lermos o artigo do Milton em *Novos rumos da geografia brasileira*,<sup>LVI</sup> aí ele já pesa um pouco, ou seja, o problema não é só a questão da ortodoxia, mas há outros problemas. Outro artigo dele muito interessante chama-se “A geografia e o marxismo”,<sup>LVII</sup> onde aponta o que considera os desvios e o desvio mais forte para ele não é a questão da ortodoxia metodológica. Contudo, em *Trabalho do geógrafo do terceiro mundo*, ele bate forte.

**PCS:** E você participa deste livro com um texto, correto?

**ACRM:** Eu participo com um texto. Este livro é outro balanço. A maioria dos artigos (nove, salvo engano) foi escrita em 1982/1983. Se eu não estiver enganado, o livro também foi publicado em 1984.

**PCS:** Uma questão é sobre o método e outra é sobre o objeto. Como você colocava a discussão em torno da questão do objeto? Na questão do método parece que ele é meio consensual, mas na questão de objeto, acho que não é, correto?

**ACRM:** A questão do objeto se colocava mais complexa. Por quê? Porque a questão do objeto, inclusive, iluminava mais as práticas. Então, rapidamente você vai ter o pessoal que opta por colocar no próprio objeto uma perspectiva menos acadêmica. Isso eu avalio hoje. Um artigo que é paradigmático dessa orientação é o do Ariovaldo Umbelino de Oliveira que saiu no *Boletim Paulista de Geografia*: “Será possível uma geografia libertadora ou trata-se de uma prática transformadora”, no qual o Ariovaldo claramente coloca o seguinte: “A coisa não é tão acadêmica”.<sup>LVIII</sup> Ele já aponta para isso, já define uma posição. Você tem o pessoal que vai entrando numa espécie de viagem um pouco filosófica. De certo modo, o Ruy Moreira e o Carlos Walter entram por aí, quer dizer, o caminho estava em estudar filosofia, e inclusive aí se encaminhava para Hegel etc. Eu e o Wanderley Messias da Costa talvez tenhamos feito a opção mais metodológica mesmo, mergulhar no método e tentar construir um objeto a partir do método. Há um fenômeno que precisa ser pontuado. Nesse momento, em 1982, a geografia marxista já está pintando como hegemônica. O que acontece com quem sempre está com a hegemonia? Atrai. E aí você em um grande número de trãnsfugas que atuam nesse momento, que são pessoas que mudam de posição. Se você rastear a produção de algumas pessoas em 1970 e 1980, você verá que elas mudaram da água para o vinho. Dei um exemplo, o Roberto Lobato, que era um militante quantitativo, defensor duro e, de repente, em 1982, já é meio de esquerda, meio marxista etc. Bom, esse movimento é visível se você analisar as teses. Se você pegar a geração um pouco mais velha do que eu, o pessoal que está aí hoje com 50, 50 e poucos anos, a maioria deles produziu teses ainda razoavelmente tradicionais. A primeira tese que balança a coisa é a do Ariovaldo, sobre o Von Thüner.<sup>LIX</sup> Se consultarmos a tese produzida pelo Manoel Seabra ou a do José Borzacchiello da Silva, veremos que são teses absolutamente tradicionais. Mesmo o Armando (já disse antes) é um dos

primeiros a defender uma tese com bibliografia marxista, dialogando com a teoria da dependência etc. No entanto, tudo ocorre de modo velado no Armando, porque não havia clima para explicitar isso.

**PCS:** Havia uma dicotomia entre a postura política e...

**ACRM:** Sim, o sujeito passa de “contrabando político” no formato da geografia tradicional e na tese do Ariovaldo já aparece mais demarcada essa postura para a esquerda.

**PCS:** Mas isso decorreu como causa da repressão ou talvez houvesse mesmo o entendimento da geografia, essa separação entre ciência e política?

**ACRM:** Veja só, é o seguinte, havia no Brasil muita gente de esquerda que fazia uma geografia tradicional ou positivista. A começar pelo Orlando Valverde, que sempre foi um homem de esquerda, mas se observamos bem, boa parte da obra dele não se diferencia, por exemplo, da obra do Nilo Bernardes, em termos de comparação. Ou seja, tem algo do ambiente geográfico. Fora a repressão, o ambiente aqui dentro era muito fechado à fluência da discussão política, da discussão filosófica, da discussão metodológica... Eu, por exemplo, sofri muito com os meus professores. Como eu fazia as duas faculdades, era muito comum dizerem assim: “Essa discussão, você vai levar em outro prédio. Aqui não é lugar para levar isso. A gente sabe o que é geografia. Geografia não é... (ouvi essa expressão mais de uma vez)... verborragia sociológica”. Quer dizer, você propunha discutir o método e o método era classificado como verborragia sociológica! Então, não havia clima. A tese do Ariovaldo é um marco nesse sentido, ela faz um rompimento forte; está no bojo desse novo momento. Não havia muito clima na geografia. Há, inclusive, uma série de pessoas que abandonam a geografia talvez até por falta desse clima. Esse é um tema de pesquisa que merece atenção: pessoas que largaram a geografia ou largaram a vida acadêmica junto, pessoas que originalmente eram da geografia e foram para outras áreas, talvez pela impossibilidade de encontrar espaço para o diálogo na geografia. Havia essa questão do clima, mas também havia a tradição da separação, ou seja, o trabalho como geógrafo é uma coisa e a atitude como cidadão, como político, é outra. No meu trabalho como geógrafo também não havia esse questionamento. Na verdade, o ambiente da geografia não estimulava essa crítica por dentro. Então, houve realmente uma geração que viveu uma situação política limite, em que estabelecer essa distinção ficou muito difícil.

Volto a ressaltar que houve uma luta ideológica muito intensa na segunda metade dos anos 1970 dentro do departamento. Nós tínhamos professores assumidamente, ideologicamente de direita. Por exemplo, essa mesa que nós estamos agora, essa sala, pertencia ao professor Antônio Rocha Penteado,<sup>LX</sup> que era professor da Escola Superior de Guerra e tinha uma grande simpatia pelo regime militar. E não era uma figura isolada na geografia, não posso dizer que fosse somente ele. Houve apoio de direita e conservador na geografia. Muitos udenistas na geografia. Udenistas mesmo, militantes da União Democrática Nacional (UDN). Havia esse pessoal e também aqueles que, aí sim, podemos dizer que mantinham “relações perigosas” com o governo militar. Por exemplo, havia muitos geógrafos na cúpula do Ministério do Interior durante o período militar. Nós entendemos um pouco a geração que tinha tudo para ter radicalizado e não se radicalizou, que é a geração da *Geografia ativa*, ou seja, Gil Sodero de Toledo,<sup>LXI</sup> Vincenzo Raffaele Borchicchio<sup>LXII</sup>, Nelson de La Corte<sup>LXIII</sup> e Manoel Seabra. Quando analisamos as teses desses autores, percebemos que são teses absolutamente empíricas, empiristas mesmo, o que não impedia que no cotidiano do departamento eles tivessem uma postura razoavelmente crítica. Claro que nunca foi tudo isso de crítica, se comparar com as ciências sociais, ou com a história. Há alguns indicadores interessantes. Por exemplo, quando se funda o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), nenhum geógrafo vai para lá. Também não há nenhuma cassação explícita na geografia.

**PCS:** Por ser geógrafo?

**ACRM:** Não, pelo trabalho que faziam, que não era visto como algo perigoso. Houve cassação na história, nas ciências sociais, na filosofia, na economia e na geografia não ocorreu nada. Aquilo não era visto como perigoso. O Milton Santos foi cassado muito mais em razão de sua militância política do que pela sua produção teórica, pois ele era um líder político. Milton foi subchefe da Casa Civil, ocupou cargos na Secretaria da Educação na Bahia etc. e foi cassado por isso, pela sua vida política, não pela sua produção geográfica. E assim aconteceu com a maior parte dos geógrafos. Esse é um dado para a disciplina pensar. Quem foi preso da geografia no período do regime militar foram principalmente os alunos. Talvez, quem tenha ficado mais tempo preso da geografia tenha sido o Cláudio Egler,<sup>LXIV</sup> que era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e permaneceu encarcerado por dois anos. Aqui da geografia da USP, foi presa a Lêda Areias. Então,

salvo engano, e exceto caso do professor Milton Santos, os que foram presos eram majoritariamente estudantes. E não tem tanta gente assim, que seja cassado, ou vá preso.

**PCS:** E a construção da discussão da geografia crítica e tradicional?

**ACRM:** Essa foi uma invenção minha. É interessante porque anos depois encontrei alguns livros que operam com essa distinção. O próprio Paul Claval,<sup>LXV</sup> em um livro publicado em Portugal,<sup>LXVI</sup> usa tais termos, mas, na época que escrevi eu desconhecia. Ou seja, foi uma invenção minha que, de certo modo explicitava, no final de *Pequena história crítica*, o que era a minha linha partidária. Eu era da linha que defendia a Frente, então eu quis projetar essa Frente na geografia também. Assim, criei a expressão “geografia crítica”, que era uma expressão vaga, um “guarda-chuvão”. A grande contraposição na época era com o Estado. Na época havia muita gente trabalhando no Estado, pois o Estado Militar criou os órgãos de planejamento territorial ou incrementou bastante esses órgãos. Assim, tinha muita gente trabalhando na Empresa Metropolitana de Planejamento S. A. (EMPLASA), na COGEP, que era outro órgão ligado ao planejamento metropolitano etc. Então se fazia uma contraposição: a geografia crítica estava na oposição ao Estado. Uma das primeiras pessoas a me criticar por isso foi o próprio Cláudio Egler. Lembro que em um seminário em 1981/1982, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), eu critiquei severamente os geógrafos que participavam da SUDENE. Na época minha proposta — que hoje em dia eu classifico como academicista — era de que o geógrafo deveria ficar na Universidade criticando as políticas da SUDENE. O Cláudio Engler, que na época era professor na Paraíba, disse o seguinte: “Não, eu quero formular as políticas do Nordeste, eu não quero ficar na Universidade criticando”. Hoje em dia, acho que ele tinha razão e quem estava errado era eu. Ele propunha uma geografia com certa vocação de poder, de interferência real nas coisas e eu propunha uma geografia academicista crítica. Para que tivéssemos a geografia crítica, teríamos que ter o contraponto. E qual seria esse contraponto? A geografia tradicional. Posteriormente, eu percebi que, inclusive do ponto de vista da história da geografia, não era muito correto porque as primeiras vozes contrárias àquilo que se chamava de geografia tradicional vinham dos neopositivistas. Ou seja, quem renova a geografia em nível internacional são os neopositivistas. O marxismo vem depois. Porém, para o contexto do Brasil...

**PCS:** Quem eram os neopositivistas?

**ACRM:** Quantitativos, por exemplo. Tenho uma história muito interessante de quando fui pela primeira vez para Portugal, na época da Revolução dos Cravos. A Revolução dos Cravos era para nós um marco. Peguei o pouco dinheiro que eu tinha e fiquei três meses em Portugal para “respirar um pouco de liberdade”. Era estranhíssimo ver o exército de esquerda chamando para comício na rua etc. Para você ter uma ideia, tinha tanto filme proibido, que os cinemas exibiam um filme diferente em cada sessão. Lembro-me de um dia em que entrei no cinema e, numa única tacada, assisti “Estado de sítio”, “Laranja mecânica”, “O último tango em Paris” (risos), que eram filmes proibidos aqui e lá. Mas, qual não foi a minha surpresa ao buscar a geografia lá, quando a esquerda estava tomando o poder, ver que eram os quantitativos que estavam voltando dos Estados Unidos, da Inglaterra. Aquilo foi como uma ducha de água fria para mim. Pensava: como é que a geografia de esquerda pode ser quantitativa? E era. Depois, conhecendo melhor a história da geografia isso ficou muito claro para mim, ou seja, quem primeiramente questiona as bases do positivismo na geografia é a geografia quantitativa. Toda essa crítica de que a geografia tradicional é empirista, descritiva etc., internacionalmente aflora nesse momento. Porém, para nós aqui no Brasil não dava para fazer isso porque a geografia quantitativa era uma filha do regime militar, estava encastelada lá nos jogos no regime militar. Eu diria, então, que nós vivemos uma situação muito singular. Inclusive no texto que vou apresentar em Rio Claro no Simpósio sobre História do Pensamento Geográfico, em outubro de 1999, comentarei isso: vivemos uma situação muito singular, até pelo nosso isolamento. Construimos do zero, ou seja, a crítica que foi construída naquele momento, se se observar bem, é totalmente construída por nós. Nós (eu, a Fani, o Wanderley) citamos os clássicos diretamente, ou seja, não há geógrafos que estejam nos orientando. Nós, com a nossa vivência e os fundamentos, construimos tanto uma crítica da geografia tradicional, como uma proposição. É incrivelmente diferente da situação de hoje quando, em qualquer livro, encontramos citações de David Harvey, Edward Soja,<sup>LXVII</sup> Henri Lefebvre...<sup>LXVIII</sup> Nós não tivemos esse escalão intermediário. Nós tínhamos aquilo que estávamos vivendo e, por exemplo, o Marx, o Hegel...

**PCS:** Nem o Lefebvre?

**ACRM:** Nem Lefebvre nesse momento. Fui aluno do José de Souza Martins<sup>LXIX</sup> nas ciências sociais e frequentei mais de um curso com ele. Então, por meio da minha formação em ciências sociais, fiz algumas leituras de diversos au-

tores. Li o Pierre Bourdieu<sup>LXX</sup> (havia um professor muito jovem nas ciências sociais, o Douglas Teixeira Monteiro,<sup>LXXI</sup> que trabalhava muito com o Bourdieu), pela via do Partido líamos muito o Gramsci, fiz o curso sobre Lukács do qual já lhe falei. Mas a maioria do pessoal era seca: ia direto da geografia que havia estudado para o estudo de Marx. Isso permitiu que construíssemos uma teorização genuinamente nossa, nacional, de uma nova geração. Não contávamos nem com os nossos professores e nem com algo internacional que viesse. Quando o Milton Santos chega torna-se uma referência forte. Obviamente, exerceu influência sobre nós, mas o “bonde já estava andando”. O mesmo vale para o Lacoste. A obra do Lacoste vem para reforçar os nossos argumentos, não foi “uma bomba que caiu sobre nossas cabeças”. A crítica a essa geografia tradicional é anterior; ela foi construída localmente, em uma discussão nossa; ao contrário de hoje, quando se busca muito a legitimação das teorias por referência aos mestres estrangeiros, o que de certa forma, retorna na geração anterior à minha. Então, novamente entramos nessa onda de legitimação com base em mestres estrangeiros, talvez perdendo o que seria essa fase de construção autóctone de uma teoria.

**PCS:** Para esse balanço final, você poderia explicar outra distinção, entre geografia física e geografia humana?

**ACRM:** Na graduação, tive formação em geografia física. Durante muito tempo assumi a ideia de que a geografia derivava dessa “ponte”, do contato entre físico e humano. Ainda durante a minha graduação, fiz uma iniciação científica na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em climatologia. Trabalhei durante toda a minha graduação no Laboratório de Climatologia, com o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>LXXII</sup> e com José Roberto Tarifa.<sup>LXXIII</sup> O primeiro texto que escrevi na geografia, ainda na graduação, tratava sobre balanço de energia em São Paulo, publicado pelo Instituto de Geografia (IG) da USP. Mas, então, começa a avançar essa discussão de método. Eu tinha tido boa formação metodológica, com Giannotti e Chasin, pessoas que conheciam método e que não eram meros militantes, caso de Nelson Coutinho, pessoas com discursos sofisticados. Então, a primeira questão que se colocou foi que não dava para ter geografia física frente à opção de método. Assim, no meu caso particular, a ruptura entre geografia física e humana se impôs como uma ruptura metodológica, da qual eu não abro mão até hoje. Alguém pode achar estranho que eu entre na discussão ambiental. Sou um defensor da divisão, dentro da própria discus-

são ambiental. Na semana passada, participei de uma banca de doutorado de um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), tese, aliás, muito boa. Mas, de novo lá eu fiz a crítica, mostrei no trabalho dele, que não tinha nada de holístico. Era a natureza. E cadê a sociedade? Continuo achando que essa é uma questão de método séria. Para mim, o marxismo é o método das ciências humanas (coisa que na época eu intuía, mas que foi sendo reforçado somente ao longo da minha vida); é o método para explicar a sociedade. Então não tem climatologia nem geomorfologia marxistas. Eu mesmo já escrevi absurdos deste tipo. Se você pegar aquele texto a que me referi, sobre o balanço de energia, está lá a climatologia dinâmica como climatologia dialética. É um absurdo. A climatologia é dinâmica, não tem nada de dialético. Dialética é outra coisa. Mas, na época, eu não sabia o que era dialética, então eu chamei a climatologia dinâmica de dialética. Mas, isso não é correto! Dialética é uma forma própria dos fenômenos sociais. Não existe, no meu modo de entender, dialética na natureza, esse é um mau passo do Engels. Essa separação foi se impondo até em função da ortodoxia do método, ou seja, a leitura que eu fazia do método me impunha essa separação entre o domínio da natureza e o domínio da sociedade na sua objetividade, na forma de apreensão. Foi, então, algo que veio como uma imposição metodológica. Como o rigor e a ortodoxia metodológica eram, de certo modo, o eixo desse raciocínio, eu me submeti ao método, não tentei contemporizar.

**PCS:** Você acha que há mais influência direta do Marx ou do Lukács?

**ACRM:** Lukács e outros autores foram comentaristas metodológicos. Eu vivi nas ciências sociais o impacto do Althusser.<sup>LXXIV</sup> Não tenho simpatia alguma pelo Althusser, não sou althusseriano, mas uma coisa ele fez: trouxe rigor à discussão marxista. Vamos dar um exemplo que o próprio Althusser apresenta, sobre os católicos: do ponto de vista prático da militância, você pode ser católico e marxista; do ponto de vista filosófico, isso é muito difícil. Então, isso é algo muito complexo. A Teologia da Libertação já vinha tentando operar com isso. Tem um livro famoso (escapa-me agora o nome do autor francês) intitulado *Do anátema ao diálogo*.<sup>LXXV</sup> era uma tentativa de articular o marxismo ao que seria o catolicismo primitivo e que forneceu a base toda para esse pessoal da Teologia da Libertação, mas é muito inconsistente do ponto de vista teórico. O próprio Partido Comunista Francês (PCF) tinha uma política de alianças extremamente complicada e atuava como um partido da ordem muitas vezes. Então o Althusser surge resgatando certo rigor metodológico. Acompanhei

essa forte discussão nas ciências sociais ainda como aluno de graduação. As críticas ao Althusser eram muitas e pesadas. Talvez sejam os comentaristas metodológicos de Marx que explicitam melhor isso. Sem dúvida, um deles é o Lukács, que talvez tenha sido o primeiro autor a se defrontar com certas questões de ordem metodológica e epistemológica, ou seja, o fato de ele querer estabelecer uma estética marxista obrigou-o a fazer uma grande discussão sobre a particularidade do marxismo. Eu sempre tive um diálogo extra geográfico, desde estudante até hoje. Converso muito com pessoas de outras áreas – da filosofia, da economia, de ciências políticas – e isso me deu certa oxigenação e certo método de rigor mesmo, que me impedia certas conciliações que muita gente vai fazer depois na geografia para acomodar. Há uma coisa que gostaria de registrar. Quando eu falava do “alargamento” da renovação da geografia nos anos 1980, uma das áreas onde a renovação demora a entrar é exatamente na área de ensino e quando entrou foi catastrófico, pois certamente foi a que gerou as maiores simplificações. Por que isso aconteceu? Primeiro porque a área de ensino era o “primo pobre”; segundo, lidava com material humano de nível muito baixo, ou seja, suas plateias eram bem piores do que uma plateia universitária, ou seja, os estudantes universitários eram de um nível muito melhor do que a média dos professores da rede. Há que se ressaltar também a pobreza franciscana do debate epistemológico e metodológico na própria pedagogia. Se observarmos, por exemplo, a assimilação do marxismo pela pedagogia no Brasil é, por assim dizer, o último vagão da discussão. Enquanto o pessoal da universidade já estava discutindo Gramsci, na revista *Educação & Sociedade* ainda se discutia luta de classes em uma visão acanhadíssima. Se somarmos tudo isso ao fato de que era um campo muito propício ao populismo de esquerda, era um lugar onde era fácil conseguir adeptos. Era um campo meio esquecido, facilmente manipulável, de baixo nível. Então, com duas ou três frases de efeito, você levantava uma plateia de professores. Assim, a partir do final dos anos 1970 tínhamos esse nosso debate rigoroso, rico, com parâmetros bem definidos. Quando, em meados dos anos 1980, o debate migra para área de educação há uma perda significativa do conteúdo e de má qualidade. Essa perda é muito significativa mesmo. Por essa seara campeia o populismo e, como sabemos, é muito fadável ao populismo mexer, mas não mexer muito. Por exemplo, essa tese da separação da geografia física e humana, era uma tese incômoda, porque mexia no brio dos geógrafos, ela interferia no pouco que fazia os geógrafos conseguirem se diferenciar dos sociólogos, dos cientistas políticos... Era o calcanhar de Aquiles. Então, em uma ótica po-

pulista, era mais fácil conciliar com isto do que questionar com firmeza, o que era difícil, era chato até. Um veículo muito eficaz para isso era o conceito de “espaço”, coisa que ninguém sabe muito bem o que é. Em minha opinião – eu já afirmei isso no livro *A valorização do espaço* e reafirmo hoje: “o espaço não é objeto de nada”. Ciência social estuda a sociedade nas suas várias relações e a geografia estuda a relação da sociedade com o espaço. Ou seja, é a relação com o objeto, não o espaço. Penso que esse seja um tema central, o cerne da questão. O próprio Milton Santos oscila quanto a isso em vários de seus livros e uma série de pessoas mantém a ideia do objeto como espaço; isto é, elas trabalham-no como se fosse sinônimo de superfície da Terra, voltando, portanto, a uma visão muito próxima, no meu modo de entender, da visão tradicional do objeto. E desse modo o espaço, até pela sua variedade de interpretações, foi um veículo eficaz para “mexer, mas não mexer muito”.

**PCS:** Quando você fala sobre a questão da relação, implica diretamente a relação de produção: trabalho, conceito de trabalho etc.?

**ACRM:** No primeiro momento eu até diria que foi isso. No meu caso específico, até pela minha formação marxista, que era uma formação que tinha tradição antieconomicista, lia Gramsci, rapidamente a questão da política e da cultura se impuseram. Por exemplo, isso se traduz na tese do Wanderley. Não é gratuitamente que ele vai estudar a geografia política; quando concluímos *A valorização do espaço*, percebemos que em relação ao segundo volume da obra, infelizmente, por razões de vida, nunca foi possível realizar, seria um volume que apontaria para a geografia política e não para a geografia econômica. Ou seja, aquela nossa origem na geografia econômica já estava começando a ser superada. A saída era a política e não a economia. A economia tem determinações, mas a coisa se dá mesmo na política. Assim, o professor Wanderley Messias da Costa faz uma opção por um estudo mais específico e sistemático na geografia política. No encontro da UGI do Rio, em 1982, eu apresentei um texto que será publicado; aliás, vai conhecer até mais de uma publicação: “Historicidade, consciência e construção do espaço”.<sup>LXXVI</sup> Ali já estava dito que a ótica não era economicista. Na verdade, esse texto vai ser a espinha dorsal de outro livro que escrevo depois: *Ideologias geográficas*;<sup>LXXVII</sup> salvo o pouco de megalomania ou egocentrismo de minha parte, talvez seja o primeiro a colocar com clareza essa demarcação: a questão da representação, a questão da consciência... Quando eu escrevi esse texto, principalmente “Historicidade...” em 1982, havia muito o seguinte: o

marxista estudava a geografia econômica e quem quisesse estudar cultura, necessariamente deveria ir para a fenomenologia e eu não concordava com isso. Eu dizia: espera lá! Se eu leio Gramsci que é marxista e estuda a cultura; se leio Lukács que é marxista e estuda a cultura, por que razão a cultura tem que ser discutida sob a ótica da fenomenologia? Esse era um entendimento geral e, então, quando escrevo esse texto, já menciono isso, que desenvolvo mais em *Ideologias geográficas*. Este livro tem uma proposição bem clara de estabelecer um campo de reflexão. Paralelamente, o Wanderley Messias da Costa vai se dedicar à geografia política enquanto eu escrevia esse livro. Mas, na minha tese encaminho para a história. Minha tese é de história, que é outra dimensão que não pode ser perdida em hipótese alguma.

**PCS:** Antes de ingressar no tema da tese, você mencionou pessoas que levam diretamente a ideia de geografia não como ciência social, mas em outra relação e em seus textos há a construção da ideia da segunda natureza. Como essa questão se colocava naquele momento?

**ACRM:** O fato de separar a geografia humana da geografia física criava um problema que era: como lidar com esse campo que estou deixando de lado? Então, aí havia a necessidade de buscar no próprio marxismo conceitos e teorias que fornecessem o engate de um novo tipo para análise, que seria, claramente, uma análise social da natureza. Então, não era mais a natureza vista sob a ótica da geografia física, mas era a natureza integrada nessa visão da geografia humana; e aí, sem dúvida nenhuma, a teoria da renda era um dos caminhos, a discussão da relação homem X natureza em Marx, era outro caminho e, evidentemente, se punha dentro dessa discussão o conceito de segunda natureza. Ele se impôs até a chegada de algo (e demorou mais tempo para que tivéssemos clareza disso) que fosse a noção de recurso natural, que é um conceito das ciências humanas. Recurso natural é a natureza vista do ponto de vista das ciências humanas. Hoje, esse é um ponto que já está problematizado: há discussões sobre a existência de fato de uma segunda natureza; há quem diga que toda natureza terrestre é segunda natureza; que a originalidade natural é um mito. Eu acompanho esse debate com interesse. É um debate que me interessa. Já tive mais certeza sobre o tema do que eu tenho hoje em dia.

**PCS:** Você se lembra de como você descobriu essa questão da segunda natureza? Aconteceu por intermédio de leituras? Enfim, como foi que chegou até você e como construiu as suas ideias?

**ACRM:** De um lado, advém da leitura do próprio Marx. E em vários momentos, Marx passa por essa discussão, não sistematicamente, mas ele passa. Teve também a leitura de alguns comentaristas a exemplo de Schimdt<sup>LXXVIII</sup> e outros autores que vão especialmente discutir o Engels e inevitavelmente têm que passar por essa discussão. Mas, o conceito de segunda natureza surgiu fundamentalmente das leituras. O professor Milton Santos faz essa discussão em *Por uma geografia nova*, o que reforça essa presença na teorização no trabalho intelectual do Milton.

**PCS:** Foi o Milton Santos quem trouxe essa ligação para a geografia ou vocês já tinham essa percepção da segunda natureza relacionada com o espaço geográfico?

**ACRM:** Já tínhamos. O Milton reforça, mas já havia claramente isso. Inclusive, em alguns textos do Lukács isso já aparecia, por exemplo, no livro chamado *Conversando com Lukács*, e noutro texto desse autor chamado “Trabalho e teleologia”, a questão da segunda natureza se põe.<sup>LXXIX</sup> Ela vem como uma espécie de desdobramento da discussão da relação homem x natureza no marxismo, ou seja, um dos desdobramentos imediatos é a própria noção de segunda natureza. Mas, para ser sincero, trabalhei pouco com essa noção. Da aula que ministrei no meu concurso, quando entrei aqui na faculdade, foi gerado um texto que saiu na *Revista do Departamento de Geografia*, n. 1, chamado “As condições naturais e estruturação do espaço agrário”. Esse é um dos momentos em que eu paro um pouco, vou caminhando na estruturação desse tema. Eu escrevi também um texto que sai naquela coletânea que o Ruy Moreira edita entre os anos 1979 e 1981.<sup>LXXX</sup>

**PCS:** A coletânea *Geografia e Crítica*?

**ACRM:** Exato. Aquele texto vai ser muito criticado pelos meus interlocutores não geógrafos. O texto se chama “Em busca de uma ontologia do espaço”.<sup>LXXXI</sup> Recebo forte crítica do Chasin, que era meu professor. Ele diz: “Não existe ontologia do espaço, existe ontologia do ser social, na qual pode haver vários tipos de relações”, que é o tema do Lukács. Uma delas é a relação do ser social com o espaço, o que não se confunde de modo nenhum com a ontologia do espaço. Na época, o professor Chasin enviou-me a resposta por carta, porque ele estava em Moçambique, dizendo que ontologia do espaço, pensado enquanto superfície terrestre, era tema de físico, de geólogo (risos); e se eu fosse perguntar que ser é a superfície da Terra, eu teria que começar

da geologia, astrofísica talvez. Ele me diz: “Você estava avançando e agora recuou; você estava numa crítica da geografia tradicional e, de repente, você conciliou com ela por meio da ideia de ontologia do espaço”. Nunca mais na minha vida eu falei em ontologia de espaço! Quem vai retomar essa ideia é o Armando que menciona, em vários textos, a ontologia do espaço.

**PCS:** Nessa construção da segunda natureza como espaço, de certa forma, foi feito isso?

**ACRM:** Na verdade, a questão do valor, de certa forma destocou-me disso. Caminhei muito mais para o espaço criado, pensado na linha do Milton Santos como os fixos, do que com essa proposição. Como eu nunca nutri simpatia pela geografia agrária, e também nunca tive uma formação política onde tivesse qualquer peso o maoísmo, a questão do campo não se colocava como central para mim. É até engraçado fazer uma autocrítica: eu nunca me entusiasmei pela geografia agrária e nem pela geografia urbana que, na minha época de estudante era onde as pessoas se encontravam. Eu não me encontrava em nenhum, nem outro. Tanto é que fui para um ramo que na época não tinha nenhum curso: a geografia econômica. Havia, sim, curso de geografia das indústrias aqui no departamento, mas geografia econômica, não. Quando me defrontei com a questão do valor, que se relaciona com a questão do valor contido, valor criado, valor no espaço, então encontrei um horizonte. A meu ver, talvez isso tenha transformado o conceito de segunda natureza como um conceito operativo não tão central como foi para outras pessoas. Se buscarmos na evolução da minha produção há a fixação do valor, capital fixo etc. A segunda natureza está lá, não deixa de estar lá, mas ela não é um conceito operativo central. A mesma coisa ocorre com a velha questão de apropriação do espaço, produção do espaço. Como cheguei rápido numa formulação mais ampla da “valorização do espaço”, categoricamente, eu “passei batido” por essa discussão, ou seja, produção do espaço é menor do que a categoria que estava usando. Inclusive, muitos anos depois, faço um “acerto de contas”, mostrando tudo isso dentro da valorização do espaço, quando escrevo “Fixação do valor e capital fixo”.<sup>LXXXII</sup> São momentos, são óticas dentro da valorização do espaço. Nesse sentido, a questão de segunda natureza não é o foco central e isso me permite, também, em certo momento, diferenciar bem a relação sociedade X espaço e a relação sociedade X natureza.

**PCS:** Que diferenças você vê?

**ACRM:** Nem toda relação sociedade X espaço é relação sociedade X natureza. Tem relações com espaço produzido que não é diretamente relação sociedade X natureza. Esta me parece ser uma distinção bastante importante que, quando não é feita, possibilita alguns erros radicais. Essa distinção está na base de outra que tem implicações políticas consideráveis que é a distinção entre a relação do “capital” na superfície da Terra e relação do “capitalismo” na superfície da Terra. A distinção anterior ilumina essa outra distinção. Isso para mim é cada vez mais nítido. Uma coisa é o capitalismo enquanto sistema que tem uma tendência territorial à exaustão, a ocupar tudo, a submeter tudo. Outra coisa é a relação do capital na superfície da Terra, que é uma relação essencialmente seletiva. Do ponto de vista da prática política, isso tem implicações incrivelmente marcantes. Podemos colocar a seguinte discussão: o capital é um problema ou uma solução? Em muitos contextos, o capital é uma solução. O capitalismo é um problema, mas o capital é uma solução. Inclusive, no regime pós-capitalista não deixou de existir o capital necessariamente. Os grandes problemas que apareceram nas tentativas do socialismo real lidaram exatamente com isso: o abastecimento, o sistema de preço, a produção em si em não tendo mercado. Foi um problema central na União Soviética, é um problema da China até hoje... Então essa distinção é séria, mas alguns autores importantíssimos não fazem. Em muitos casos, acho que a raiz de problemas que vejo nas obras deles está aí. Para dar um único exemplo, o Alain Lipietz não faz essa distinção. Basta ver O capital e seu espaço e notamos que isso não está posto.<sup>LXXXIII</sup> Não necessariamente capital e capitalismo vêm juntos. O capitalismo pode vir sem o capital e é o pior dos mundos. E esse o capitalismo sem o capital, é o Haiti, é, na África, Burundi. O capitalismo sem o capital sujeita politicamente, desagrega socialmente e não repõe nada economicamente. Restam apenas malefícios, sem nenhum benefício. É uma distinção bastante abstrata, mas que pode ter desdobramentos práticos muito centrais para uma estratégia nacional, para alguma coisa assim.

**PCS:** Como que você chegou a estudar, a se interessar pela gênese da geografia?

**ACRM:** É muito curioso isso. Enviei um projeto de mestrado para a FAPESP no qual a minha dissertação era o primeiro item do primeiro capítulo (risos). Com esse material, eu deveria fazer um estudo sobre a construção civil em São Paulo. Bem naquele espírito de mestrado, queria dar conta de

tudo, então deveria começar por uma definição de geografia para compor um quadro e depois apresentar um estudo empírico. Por aí se pode ver como eu mesmo estava imerso no clima do departamento: eu tinha que apresentar um estudo empírico, senão aquilo não seria uma tese. Possivelmente, se naquele momento eu tivesse me defrontado com o livro do Horacio Capel,<sup>LXXXIV</sup> eu não teria feito nada disso. Eu teria lido, assimilado, e tocado a pesquisa. O caso é que eu não me defrontei com Capel naquela época, mas apenas muitos anos depois. Inclusive a edição em espanhol do livro de Capel, salvo engano, em 1981. Nesse momento, ano de 1977, eu parti em busca de bibliografias e pensei: “Isso aqui não está me convencendo”. Na verdade, a obra *Pequena história crítica* é resultado de um programa de estudo que fiz para mim mesmo. Eu queria passar pela geografia inteira e então resolvi ler atentamente os autores. É preciso frisar: naquela época ainda era possível viver com uma bolsa de mestrado. Para ter uma ideia, eu obtive uma bolsa de mestrado da FAPESP e alugava um apartamento de dois quartos na Vila Madalena cujo valor correspondia a um terço do valor da bolsa. Dava para estudar. Então, passei a ler, sozinho, Ratzel, La Blache, Brunhes, Demangeon, Hartshorne.<sup>LXXXV</sup> Tinha uma interlocução boa com o Armando, já que eu era seu assistente no curso nas Ciências Sociais. Discutíamos um pouco isso de modo que eu recebia o feedback nas aulas e depois, quando resolvi lecionar na Unicamp em 1979, montei o meu curso a partir da história da geografia e, a partir das anotações de aula, escrevi *Pequena história crítica*. Escrevi para mim e paralelamente estava cursando meu mestrado, que cada vez mais se verticalizava no que seriam os fundadores da geografia moderna. A ideia de uma ruptura com Humboldt e Ritter ficou muito clara para mim. Então, eu pensava: “Não preciso retornar ao passado, Estrabão, Varenius...”.<sup>LXXXVI</sup> Há uma ruptura clara a partir de Humboldt e Ritter. Minha ideia era pegar a constituição toda dos “pais” da geografia, ou seja, tratar de Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal de La Blache. O problema é que acabou ficando muito extenso. Havia toda aquela discussão da Alemanha, aquilo me possibilitava chegar ao Ratzel, apesar do “salto” histórico. Para que eu entrasse com o Vidal, teria de fazer uma caracterização de contexto da França muito detalhado, e aí a pesquisa iria estourar mesmo. Moral da história: optei por parar no Ratzel com o capítulo do Vidal já escrito na mesma estrutura dos outros: biografia, influências, conceitos centrais. Tenho até hoje isso pronto e inédito. Pensei, num certo momento, em publicar na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, mas então o

professor Florestan Fernandes ficou doente e acabamos não publicando o livro. Então, na pesquisa do mestrado estudamos três autores: Humboldt, Ritter e Ratzel.

**PCS:** E eram autores que você não havia aprendido sobre eles?

**ACRM:** Não. O curso praticamente não tinha nada de história da geografia. Entrávamos “secos” na geografia francesa. Até mesmo de Vidal víamos muito pouco. O curso era muito centrado no Pierre George. Estudávamos quase tudo dele.

**PCS:** O que você descobriu ao ler esses autores? Você se surpreendeu?

**ACRM:** Eu me surpreendi em primeiro lugar com a sua riqueza filosófica, coisa que eu não via na geografia contemporânea. Se pegarmos o Ratzel, por exemplo, é um autor muito rico, um clássico mesmo. Dá para comparar o Ratzel ao Max Weber na sociologia. Paralelamente estudava esses autores na sociologia. As ciências sociais tinham um perfil completamente diferente da geografia. Podemos até dizer que ela, na época, pecava pelo inverso, ou seja, não tinha nada de empírico, era um curso teórico. E eu ainda tive muita sorte, pois no ano em que ingressei nas ciências sociais o departamento resolveu fazer uma opção, que foi um pouco suicida e depois “caiu na cabeça” deles mesmos. Eles achavam que não precisava ter 100 sociólogos, que já havia muitos sociólogos, então resolveram dar um curso excelente para um grupo pequeno. Lembro que no 1º semestre, na disciplina de sociologia I, passaram 16 alunos; na de ciências políticas I, passaram 17 alunos e na de antropologia I, passaram 18 alunos, numa classe de 100. Basicamente os mesmos. Assim prosseguimos com classes pequenas até o final do curso. Aliás, curso de excelente nível. Dessa maneira, minha formação nos clássicos da ciência política, da sociologia, foi muito boa e isso me dava um estofo para aplicar o que eu aprendia na análise da geografia aqui. Uma vantagem que eu tinha era lidar com as ideias e com o método de uma forma que o pessoal aqui não tinha. Tanto é que, por exemplo, o Wanderley Messias da Costa resolve fazer alguns cursos comigo lá como ouvinte: teoria e método, ciências políticas... Como uma espécie de complementação. Eu fiz o curso regular e peguei o momento desta opção. Foi uma opção maluca, porque depois eles passaram a ter classe com 200 alunos e levaram cinco anos para destrancar. Mas, a minha geração teve uma formação muito boa nas ciências sociais.

**PCS:** Você se surpreendeu ao ler esses clássicos da geografia...

**ACRM:** Exatamente, e por encontrar uma discussão neles que o curso não me oferecia, a discussão sobre metodologia e que nenhum professor me apresentava. Fora isso, o departamento aqui comprava a ideia dos mocinhos e bandidos. Então, os alemães eram bandidos, eram nazistas, e você ouvia simplificações desse tipo. Quando fui ler o Ratzel, acho que ninguém lia o Ratzel. Foi extremamente difícil encontrar um exemplar desse autor. Encontrei um exemplar em italiano na biblioteca municipal, depois eu fui encontrar a obra *Raças humanas*, em inglês, na biblioteca da Escola de Sociologia e Política (FESP). Era preciso fazer uma garimpagem. Pasmem! Mas o Ritter eu fui encontrar na biblioteca do Instituto Geográfico e Geológico (IGG). Eu visitava o Zoológico, na Água Funda, para ler o Ritter, que não podia sair da biblioteca. Era o único exemplar do Ritter que tinha em São Paulo, pelo menos, acessível.

**PCS:** Provavelmente, deve ser ainda o único...

**ACRM:** É bem capaz que sim, ainda. A tradução para o francês era a única coisa que havia do Ritter. Já do Humboldt, tínhamos aqui o *Cosmos* e outros, mas do Ritter e do Ratzel não tinha nada. Salvo engano meu, minha coletânea do Ratzel de *Grandes Cientistas Sociais* era a única tradução do Ratzel para o português. Mesmo na França, o livro *Geografia política* saiu publicado quando fez cem anos, no final dos anos 1980.<sup>LXXXVII</sup> Aí havia a edição italiana da época, 1910, 1906...<sup>LXXXVIII</sup>

**PCS:** Antes de chegar à sua tese de doutorado, nós podemos estabelecer uma marca, por exemplo, uma data ou período? Podemos dizer que o movimento de renovação, por um lado, se torna hegemônico e, por outro lado, ele também se acaba? Ou não podemos dizer desta forma?

**ACRM:** O Encontro da AGB de 1978 é um marco. Tem gente até que minimiza isso, mas eu arriscaria dizer que quem o minimiza como marco é porque não esteve lá. É muito rápida essa hegemonia. Parece que havia um dique contendo, mas na hora que abriu... O IBGE caiu muito fácil, o que mostra que eles próprios já não tinham muito fôlego para tocar. Eles dominavam a AGB e a entregaram “de mão beijada”, em 1979. Foi muito rápido o processo e é o processo de uma geração. De certo modo, a hegemonia cumpre o objetivo inicial que se desenhou entre 1975-1977. O objetivo era esse: renovar. Renovou, agora é tocar para frente. Aí houve um fracionamento que advém dessas razões externas que eu já te falei, e por razões internas também. Cada um vai buscar a sua linha e as diferenças começam a se tornar mais evidentes.

**PCS:** As pessoas vêm para a academia, praticamente todas!

**ACRM:** De fato. Há esse inchaço da esquerda geográfica. De um grupo restrito de pessoas até 1978, no Rio, em 1980 já conta com muito mais gente e, entrando nos anos 1980, chega uma hora que todo mundo aparentemente é de esquerda. Dá a impressão de que não tem ninguém com outra posição, em certo momento. Há muita fogueira de vaidades, muitos choques pessoais, de egos, ideologias. Há um fracionamento discutível deste movimento. Mas, de certo modo, ele havia cumprido também o que seria a sua meta, sua razão de ser. Essa geração começa a envelhecer, com tudo que vem junto com isso, isto é, interesses acadêmicos, interesses profissionais, institucionalizações. Não vou minimizar o papel do Milton Santos. De repente, passamos por um polo aglutinador muito forte que confere o tom teórico.

**PCS:** Esse “dar o tom” significa, assim, que produz a teoria?

**ACRM:** Produz a teoria. E tem um nível de legitimidade muito maior do que quaisquer outros participantes. Era como se tivéssemos um monte de peso pena e daí entra o Mike Tyson, ou seja, Milton Santos passa a ser um divisor de águas: o Milton elogiou, é bom, o Milton criticou, é ruim. Para esse público que está chegando já há um líder definido. Talvez essa área difusa ideologicamente (que está querendo se aggiornar no processo) seja a que mais tenha embarcado de cabeça no Milton, até porque via uma geografia no Milton que alguns tinham dificuldade de ver nesses outros participantes...

**PCS:** Não entendi muito bem!

**ACRM:** Vou te explicar. O Milton Santos tem um conteúdo de geografia tradicional maior do que o pessoal conseguia ver, naquele momento (no que escrevi, talvez no que a Fani escreveu, talvez no que o Ruy e o Ari escreveram). Ou seja, o Milton é geógrafo, inclusive, com uma consagração internacional. Ele é geógrafo e é aceito como geógrafo, sem contar com a grande liderança e a fantástica capacidade intelectual dele. Quem escapa a isso, a essa polarização chamada Milton Santos?

**PCS:** Você quer dizer, outras linhas?

**ACRM:** Sim. Quem escapa? Quem tem pautas políticas muito definidas, seja ela qual for, porque aí já havia outras lideranças, que estavam fora da geografia. Então, escapa o pessoal, por exemplo, que tinham vínculos partidários muito definidos – e claro eram bem menos pessoas. Eu diria que, por

exemplo, o Ariovaldo e a sua turma escapam, eu e o Wanderley Messias da Costa escapamos, e mais meia dúzia escapa. O Ruy Moreira em certo momento rompe com o Milton também. Como se pode ver são pessoas que têm projetos políticos mais delineados, mais institucionalizados.

**PCS:** E os projetos teóricos...

**ACRM:** E aí os projetos teóricos se engatam nos projetos políticos. Há uma troca.

**PCS:** Não haveria uma distinção puramente teórica?

**ACRM:** Não. Não havia tanto. Eu diria até que posicionamentos políticos acabam demarcando inclusive relações pessoais. Por exemplo, se pegarmos o grupo que o Milton articula aqui no departamento, é um grupo meio estranho politicamente. Tem pessoas de diferentes trajetórias políticas. A Maria Adélia Aparecida de Souza<sup>LXXXIX</sup> havia sido secretária adjunta do Planejamento, no governo Paulo Egídio. Então, é uma pessoa que vem de uma tradição de dentro do planejamento. Ela e o Armén (que eu lembrei aqui como líder da extrema esquerda geográfica em 1974) estão juntos nesse projeto, por exemplo, do Laboratório de Planejamento da USP (LABOPLAN). Então, o Milton forma um grupo novo. Na velha disputa AP versus PC e com o PC do B, correndo meio por fora, que eram as três referências políticas básicas, o Milton gera um grupo que é geográfico por excelência, não é político de fora, você entendeu? É um grupo que se iguala por dentro da geografia. Todos esses são elementos que vão se agregando e junto com isso tem o ensino que se põe com muita particularidade dentro disso, tem o campo ambiental que começa a ganhar espaço e redime a geografia física. Houve certo momento em que pensamos que a geografia física iria desaparecer, migraria para outro departamento, para outro lado, ciências da terra ou alguma coisa assim. O ambiental confere uma sobrevida para a geografia física, cria lideranças também nesta área. Eu diria que deste grupo originário da esquerda, quem mais rapidamente engatou no ambiental foi o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves. Muito rapidamente, ele percebeu que havia uma saída pelo ambiental. Esquerda com o ambiental não são linguagens antagônicas, tal como originariamente pensava a esquerda tradicional. Num primeiro momento, a esquerda tradicional foi antiambientalista. Ambientalista era o Gabeira e os partidos de esquerda diziam que isso era um engodo, falsa questão etc. Na geografia, quem se antenou rápido para esse tema foi o Carlos Walter

Porto-Gonçalves que, inclusive, criou o seu próprio caminho, engatando a questão ambiental com o ensino. Aqui em São Paulo se formou um grupo que tem, hoje em dia, indiscutivelmente, identidade própria; esse grupo foi para a PUC e, inevitavelmente, acabou sendo hegemônico na PUC: Diamantino Alves Correia Pereira, Douglas Santos.<sup>XC</sup>

**PCS:** Vem de outra linhagem política?

**ACRM:** Nasce outra linguagem política. O próprio Diamantino Alves Correia Pereira foi meu colega de classe. Em termos gerais, vemos que era um grupo interessante para a geografia: Gumercindo, Geraldinho, Diamantino, Ana Fani, Wanderley, uma coisa bem variada, mas todo mundo com certo pique e todos se abriram para um novo momento da geografia, novo momento da universidade, novo momento do país. Por exemplo, eu e o Wanderley Messias da Costa ingressamos na questão (talvez tenhamos sido os que mais debateram isso na geografia) da *política universitária*, enquanto certas pessoas jogaram todas as fichas na AGB. Por exemplo, o Wanderley Messias da Costa foi secretário da Associação dos Docentes da USP (ADUSP), eu também.

**PCS:** E você?

**ACRM:** Nunca fui da diretoria da AGB, de nada!!

**PCS:** Por quê? Houve algum motivo?

**ACRM:** Eu te dou um depoimento pessoal. Eu fui afastado da AGB em certo momento. Afastado, porque na construção das novas hegemonias pós-renovação, agrupou-se uma frente, e quem ficou de fora foi exatamente a gente.

**PCS:** PCB?

**ACRM:** PCB e o pessoal próximo ao PCB. Nessa época, o partido já estava numa desagregação muito grande. De repente fico sem o meu partido – meu partido se desfez – enquanto o partido de outras pessoas, pelo contrário, se afirma nesse momento. Começamos a ter mais relação partidária. Uma coisa que senti muito presente é o seguinte: eu chegava às reuniões, seja da AGB, seja de cursos da APEOESP e tinha a nítida impressão de que a maioria das pessoas que lá estavam já havia se reunido antes e decidido tudo sobre o processo de alteração de currículo aqui de São Paulo, que começou no governo Montoro, em 1983/1984. Não estou fazendo crítica moral, mas a manipulação política do processo ficou evidente para mim. Em certa ocasião, eu

fui até à Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) e fiz uma crítica pesada, a mais pesada, teórica, ao currículo estadual...

**PCS:** Você participou?

**ACRM:** Não. Então, foi montada uma estrutura entre a AGB e a APEOESP que gerou um currículo stalinista. Digo isso com todas as palavras: a primeira versão é absolutamente stalinista. Não é nem marxista, é stalinista.

**PCS:** Você tem um texto criticando?

**ACRM:** Tenho um texto. Mas contarei a história antes. Vou à CENP, convido algumas pessoas que não podia deixar de convidar. O movimento ainda era muito recente. Por exemplo, não convidaram a mim para falar lá. Vou e faço uma crítica explícita ao currículo, dou nome aos bois. Falo: “Esse currículo está baseado nas ideias do Ruy; quem dá o tom teórico dele é o Ruy Moreira e, em minha opinião, está errado, por causa disso, disso, disso, daquilo outro...”. Essa fala minha é comentada por todo mundo e aí aparecem nas versões (sabemos como é essa coisa de versão) que o Tônico havia xingado o Ruy. Xinguei coisa nenhuma, eu só tinha nomeado... Critico o currículo muito abertamente, me expondo violentamente, dou nome aos bois. Neste sentido, sou muito mais acadêmico do que político, apesar da minha vivência política. Acho que tenho obrigação de falar o que eu penso, independente das consequências que terão para mim. Acho que isso foi em 1984. Aí, rolam duzentas mil versões desta fala minha, indispondo-me com as pessoas. Disse: “Não foi isso o que falei não. Então, vamos transcrever a fita!” Na CENP várias pessoas tinham dado depoimento. Todas as fitas estavam lá e a minha está apagada. Como eu não sou uma pessoa ingênua em política, no chamado jogo sujo da política — e também não vamos pensar que política é um ambiente de anjos. É um jogo sujo em política, chamada *real politique* e apagaram a fita, simplesmente. E aí só restou o quê? As versões do que eu falei. Então, depois acabo escrevendo um textinho resgatando, de cabeça, algumas críticas que teci na ocasião, que foi publicado naquela coletânea que o Ariovaldo organizou, *Para onde vai o ensino da geografia*. Aí, já ficava clara a articulação política comandando o que seria o debate acadêmico. Voltando ao que eu estava dizendo, sou um sujeito que no meio desse processo estava sem partido. No entanto, a pecha que você é do partido tal, permanece. Eu e o Wanderley fizemos uma opção convicta pela política universitária. Neste momento, nos engajamos na ANDES e ADUSP, enquanto boa parte deste grupo se fechou

na própria geografia; ou seja, as pessoas foram se internalizando e ganhando maior organicidade na geografia. Chega um momento em que eu tenho a impressão de que existe um partido geográfico, ou partidos geográficos. Por exemplo, o Ruy Moreira chega a organizar um grupo no Brasil que tem a estrutura de um partido de quadros. Estrutura igualzinha a de um partido de quadros: bases, secretários, hierarquia etc. Se pegarmos o core (âmbito) desse partido é a própria geografia. Este partido praticamente só existe dentro da geografia, ou seja, isto estava absolutamente na contramão do tipo de abertura que eu fazia. Neste momento estou dialogando com outras áreas, estou dialogando com a universidade, estou na cabeça da ANDES, vou aos primeiros congressos da Andes. Não somente vou como participo intensamente. A ADUSP também participa ativamente da redemocratização aqui da universidade. Tem muito trabalho, tem muita coisa, eu participei muito do debate extra geografia, tanto é que hoje em dia sou uma das pessoas da geografia que talvez mais tenha dialogado fora dela, pelo menos aqui do departamento. Ou seja, já dialogo com a tradição há bastante tempo, com diversas áreas. Na economia, mantive um debate muito bom com o pessoal do CEBRAP, no Rio de Janeiro sempre estimei a interlocução com o CPDOC/FGV, o contato com historiadores etc.<sup>XCi</sup> Enquanto isso havia muita gente que se encasulava na geografia e ficava cada vez mais interno à geografia.

**PCS:** Internamente aqui, como você começa a encaminhar suas pesquisas? Como você se relaciona com os laboratórios, por exemplo? E por que vão se formando os laboratórios como grupos?

**ACRM:** Eu fiquei um pouco à margem disso até por essa participação externa. Não centrei a minha atividade para dentro e resultou que acabei ficando “sem-laboratório”. Aqui, internamente, há uma história própria. Temos a aposentadoria dos velhos professores que ocorreu de modo muito rápido. É interessante porque se aposentaram rapidamente duas gerações de modo que eu, de repente, sou uma das pessoas mais antigas do departamento. Há, claro, os que possuíam mais idade que eu, mas em termos de departamento eram muito mais recentes: Francisco Capuano Scarlato,<sup>XCii</sup> Eduardo Yázigi,<sup>XCiii</sup> Felisberto Cavalheiro.<sup>XCiv</sup> Do pessoal anterior a mim, hoje, há uma meia dúzia aqui. Mas não tenho a ótica de criar um nicho, até porque eu sempre tive muito diálogo para fora e então participo de núcleos e de programas externos, tenho uma relação antiga com a Unicamp... O único núcleo do qual participei da fundação que não vingou foi o Núcleo de Estudos da

Democracia, no qual eu era o único geógrafo e que foi coordenado pelo Weffort. E tinha o pessoal de outras áreas. Mantive outra relação com núcleo externo, coordenado pelo Antonio Carlos Diegues,<sup>XCV</sup> o Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB). Participei bastante do momento inicial do Programa de Pós-Graduação em Estudos da América Latina (PROLAM). Inclusive, acompanhei orientandas que fizeram suas teses por lá, como Perla Brígida Zuzman<sup>XCVI</sup> e a professora Inês de Oliveira Lima.<sup>XCVII</sup> Hoje em dia tenho muito contato com o pessoal das ciências ambientais que é outra pós-graduação externa e o que me levou a não centrar todas as minhas fichas num jogo interno. Na década de 1990, por razões presentes de ordem material, afasto-me ainda mais do departamento em razão de achar que ele tivesse ficado muito na contramão do que vinha sendo essa tendência de abrir mais as pesquisas para fora, para o Estado, e até mesmo para o mercado. Não é o meu caso. Eu sempre trabalhei, fora daquele departamento, para o governo, ou para instituições como a ONU. Acho que o departamento teve, num certo momento, uma posição muito dura frente a isso. A história do departamento aqui é outra coisa, porque teríamos que rever os grupos, como é que eles se formaram. A vinda do professor Milton Santos jogou um peso muito grande nisso, criando uma “terceira via” nos agrupamentos históricos do departamento, e aí teríamos inclusive que fazer o balanço contemporâneo e verificar no que isso resultou.

**PCS:** No caso de sua tese de doutorado, o que te motivou a ir para a história?

**ACRM:** Minha tese, apesar de ser amplamente ancorada na história, é uma tese de geografia. Ou seja, fui à história para discutir temas da geografia. O trabalho foi bem recebido pelos historiadores e será editado este ano numa versão bem mais trabalhada. Alguns autores afirmaram que havia mesmo uma lacuna na interpretação histórica, e que a questão do território ficou restrita àquela ótica antiga do geopolítico Jaime Cortesão<sup>XCVIII</sup> ou se perdeu.

**PCS:** E por que você foi fazer essa tese? Qual era a sua leitura sobre isso?

**ACRM:** A minha tese era bem ambiciosa, uma tentativa de ir compondo uma interpretação geográfica do Brasil. Ela começou muito mais ambiciosa. Eu pensava em percorrer o período colonial inteiro. Mas, defrontei-me com a dificuldade do tema em si. A primeira versão (que defendi como doutoramento) estava praticamente centrada somente no século XVI. Nessa outra versão que sairá agora contemplo os séculos XVI e XVII. Mas não foi

possível entrar no XVIII. Era muita novidade, pelo menos para mim, tratar naquele nível de detalhe que eu tratei. O século XVIII possivelmente ficará para um trabalho futuro aí específico sobre o século XVIII, que muda muita coisa. Os séculos XVI e XVII ainda foram possíveis de recobrir na tese, mesmo assim ficou um trabalho extenso, umas quinhentas e tantas páginas para cobrir este período.

**PCS:** Há textos seus posteriores nos quais você tenta de certa forma articular o seu trabalho de mestrado com o de doutorado nessa discussão da institucionalização da geografia e com relação do Estado, não é? E o que você vem desenvolvendo?

**ACRM:** Sim, a ideia é essa: trabalhar tanto ao nível da construção material da geografia do país, quanto trabalhar também nesse plano dos discursos. O plano dos discursos eu tenho trabalhado mais na pós-graduação, então tenho vários orientados meus que já avançaram tematizando períodos, ou personagens ou instituições. Na minha tese, trabalhei mais com a formação material mesmo. Estou terminando a minha tese de livre docência, acredito que em março de 2000 eu esteja depositando, que é um trabalho teórico na geografia, ou seja, um trabalho que amarra tudo o que eu já escrevi, tudo. Em minha opinião, ele está ficando coerente, na medida em que resgata o livro *Valorização do espaço* e amarra as obras *Ideologias geográficas*, *Pequena história crítica* e *A gênese da geografia moderna*. Ele amarra a tese *Bases da formação territorial*, que é o meu doutorado, e amarra até o meu trabalho no meio ambiente. Estou explicitando que nessa altura do campeonato eu entendo a geografia e o que norteia o meu trabalho. Estou explicitando epistemologicamente, metodologicamente, conceito por conceito, definição por definição, influência metodológica por influência metodológica, fazendo uma coisa sistemática mesmo.

**PCS:** E você já tocou um pouquinho nesta questão ambiental? Como que você chega nela?

**ACRM:** Chego nela absolutamente por acaso, por um convite. Eu nunca havia trabalhado com isso, não era a minha área de interesse. Quando estava para ser realizado o I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, salvo engano, em 1985, a ONU faz um seminário latino-americano Universidade e Meio Ambiente em Bogotá, e o Brasil resolve então fazer um seminário similar. A estratégia que, na época, ainda era a Secretaria de Meio

Ambiente (SEMA) da Presidência da República (ainda não existia o IBAMA), era a de realizar o seminário a partir de quatro balanços: questão ambiental nas ciências naturais, nas ciências humanas, nas engenharias e nas ciências de saúde. Qual não foi a surpresa quando uma amiga minha ligou-me e falou que a pessoa que iria fazer o balanço de ciências humanas (eu nem sabia quem era) desistiu e o seminário já estava marcado para dali a um mês. Ela trabalhava na Secretaria e disse o seguinte: “Nós estamos com um pepino aqui, a única pessoa que me veio à cabeça que poderia, em um mês, gerar um documento desses, é você. Você topa?” Topei. Fiz um balanço da minha cabeça, inclusive com muito pouca bibliografia ambiental, até porque eu não conhecia na época. Então escolho o tema “Relação Sociedade e Natureza”. Depois, eu editei este manuscrito no livro *Meio ambiente e ciências humanas*. É o último texto. Fui ao seminário e para a minha surpresa, modéstia à parte, o meu texto era o mais discutido do seminário.<sup>XCIX</sup> Então me convidaram para a comissão organizadora do segundo seminário e pediram, inclusive, para que eu sugerisse nomes. O nome que eu sugeri foi Carlos Walter, que trabalhou comigo o tempo todo na organização desses seminários. Aliás, organizamos cerca de cinco seminários “Universidade e Meio Ambiente”: um em Belém, um em Cuiabá, outro ano em Minas Gerais... e por aí eu adentro no grande balanço que tem da discussão ambiental universitária no Brasil, que são esses seminários. Os seminários tiveram, em minha opinião, um papel muito importante na estruturação desse campo, e eu entro no olho do furacão. Eu estou ali, sou o organizador do seminário, então, automaticamente passo a compor mesa das sessões básicas, crio a estrutura e começo a interferir no convite às pessoas... E a partir daí, ingresso neste campo. Num segundo momento, já nos anos 1990, quando defendi minha tese de doutoramento (1991), encontrava-me completamente falido pessoalmente. Falido! Precisando ir ao dentista; carro velho, sendo despejado do apartamento que eu alugava etc... Premido por essa situação, sou obrigado a buscar algum acréscimo de rendimento. Nossos salários estão muito ruins. E aí me apareceram convites exatamente na área ambiental, geralmente para dar parecer em projetos ou coisas assim. Vou entrando devagar, estabelecendo diálogos, e hoje em dia tenho até “um pé” nesta área.

**PCS:** E esse caminho te faz rever questões da geografia?

**ACRM:** Não só questões da geografia como posicionamentos pessoais. Hoje em dia faço autocrítica de uma postura que tive ao longo dos anos 1980. Era

uma postura bastante academicista no mal sentido. Acho que fiquei muito marcado pela época de minha juventude, quando o Estado era o Estado ditatorial, e preparei-me pouco para a possibilidade de um Estado numa democracia, mesmo que formal, onde entre outras coisas, de repente é possível ocupar cargos no poder em diferentes escalas: local, municipal, estadual ou mesmo nacional. Então, faço autocrítica porque aquela proposta que eu colocava era uma proposta crítica como o próprio nome dizia. Mas, de vez em quando, você precisa construir alguma coisa, não é somente crítica. De repente, vamos supor, o seu partido, o seu agrupamento político ganha, sei lá, capital, lá em Vitória onde você está. E aí? E aí que as armas da crítica talvez não sejam os próprios métodos da crítica. Eu me coloco isso hoje, talvez não sejam os mesmos métodos que sirvam para construir coisas. É uma postura. Se pegarmos a escola de Frankfurt, por exemplo, eles deram uma dica interessante sobre isso, e não é à toa que eles chamam as teorias deles, de teoria crítica: aquilo não é para construir, aquilo é para questionar. Bem, e se um dia você estiver no poder? Ora, uma vez no poder não será com aquela teoria que você vai construir. Nada garante que a teoria que critica será a mesma que constrói a nova realidade.

**PCS:** E que teoria você vai buscar então para a realidade?

**ACRM:** Sendo extremamente sincero com você, o conceito mais operacional da geografia que encontrei para aplicação no planejamento é o conceito de área do Richard Hartshorne. Por honestidade tenho que dizer isso. De repente defrontei-me com a zona costeira, que é uma unidade aparentemente muito fácil de ser definida no terreno, empiricamente, mas muito difícil na prática. Ela não é um compartimento geomorfológico, ela não é um bioma E como é que vamos delimitar a zona costeira? Quem me “salvou” foi o Hartshorne com uma delimitação arbitrária mesmo. Na zona costeira, hoje em dia, no Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro o conceito empregado é o de área do Hartshorne. Nem a região, nem o território, nem a relação de homem X natureza ajudaram. É uma vivência muito interessante de se passar. Hoje em dia, inclusive, sou crítico do nosso currículo, pelo seu excessivo caráter abstrato. Acho que ele tem uma série de problemas que não adianta contar, há que se avançar um pouco, oferecendo algum tipo de solução ou pelo menos impedindo soluções que já demonstram que estão equivocadas. Ou seja, somente a denúncia e a crítica não resolvem. Há outro patamar de elaboração. E eu vou até mais longe: acho que a própria avalia-

ção da crise do socialismo real também aponta nesse sentido! Socialistas no poder tendem a pensar o mundo de uma forma positivista.

**PCS:** E como você acha que a crise do socialismo real teve repercussão em todo o pensamento crítico? Que repercussão você acha que foi mais forte dentro da geografia?

**ACRM:** Dentro da geografia, acho que o efeito maior que a gente verifica é a presença de certo desencanto com o marxismo, principalmente por parte de quem aderiu muito facilmente ao marxismo. Estes estão se afastando, porque o marxismo deixou de estar na moda.

**PCS:** Com a mesma rapidez?

**ACRM:** Com a mesma rapidez. Em geral, estão se deslocando para as chamadas metodologias pós-modernas. O pós-modernista é (em muitos aspectos) um marxista arrependido.

**PCS:** Para o meio ambiente, não?

**ACRM:** Vale também para o meio ambiente, mas nem tanto. A geografia física, majoritariamente está presente no meio ambiente. Quanto ao pessoal da geografia humana, os que estão no meio ambiente são aqueles que vêm do planejamento regional, mas não são necessariamente da geografia crítica. São pessoas que vêm do planejamento regional, do planejamento urbano, que também entraram em crise e foram para o planejamento ambiental. Mas, o pessoal da geografia crítica nem tanto. Agora o que temos são as óticas pós-modernas, a despolitização novamente no discurso. Acho que na geografia cultural isso é claro. Ou seja, estão tentando gerar uma geografia cultural despolitizada, porque ela é charmosa, ela fala de literatura, fala de arte, fala de sentimentos etc. É absolutamente despolitizada. Acho que a tendência de toda a escola pós-moderna da geografia cultural inglesa (que está influenciando muito o pessoal do Rio de Janeiro) é absolutamente despolitizada. Eu particularmente já vinha de uma extração marxista que era crítica do socialismo real. Tenho um artigo publicado na *Revista Presença*, em 1982,<sup>C</sup> ou seja, bem antes da queda do Muro de Berlim, que se chama "Discutindo SOREX: Socialismo Realmente Existente", onde já faço uma revisão dos autores que são críticos do socialismo real. Nesse texto, menciono os dissidentes Rudolf Bahro,<sup>CI</sup> Lúcio Lombado Radice,<sup>CI</sup> Agnes Heller,<sup>CI</sup> todos criticando o socialismo real. Venho de uma extração, de um marxismo não stalinista, que

tem uma crítica profunda ao stalinismo. Eu já via problemas lá. Deve ter sido muito pior para o pessoal que achava que aquilo era uma maravilha. Aí sim a queda foi realmente mais pesada. Houve gente que caiu no desencanto, e gente que não moveu uma posição, uma palha, como se nada tivesse acontecido. É muito interessante analisar a posição desse segundo grupo na avaliação de Cuba: tudo era horrível, mas Cuba se destaca. Cuba é diferente, é tropical etc. Você ouve muita coisa ambígua a respeito de Cuba. É difícil para as pessoas terem uma posição. Eu vivi uma experiência, recentemente, que foi muito ilustrativa para mim, que foi conhecer, com certa profundidade, um país que tentou uma experiência socialista: Moçambique. A situação era muito difícil e deu no que deu. Hoje, Moçambique se abriu completamente ao mercado, às políticas neoliberais. A classe dominante atual não é formada por dirigentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO),<sup>CIV</sup> não dá para fugir disto. Está lá, está posto. E foi uma experiência socialista para valer, não era brincadeira. Era socialista mesmo. Inclusive Samora Machel<sup>CV</sup> era até uma pessoa razoavelmente arejada de cabeça; ele construiu um texto famoso onde diz: “Cantar e dançar também são atitudes revolucionárias”. Já é uma postura mais arejada do que certas posições mais duras, stalinistas. Mas deu uma carga fantástica, com problemas seríssimos que reproduzem problemas que é possível de se ver na Europa Central, que é possível de se ver na União Soviética, na China etc. Minha leitura vai muito naquela linha. Eu instigo muito, eu concordo muito com aquela afirmação do Eric Hobsbawm, de que “o marxismo é o melhor método para explicar o capitalismo”,<sup>CVI</sup> e disso eu não abro mão. Agora, se é o melhor método para construir a sociedade pós-capitalista, aí eu já tenho dúvida. Se me perguntarem qual é então o melhor método para construir isso, diria que, nesse momento, eu não sei. Tenho claro que há certos valores que o maoísmo e, principalmente, o stalinismo perderam e que não poderiam ter sido perdidos. Um deles é o valor da democracia. A democracia não é uma coisa tática e acho que essa crise toda balançou muito o leninismo, mais do que o marxismo, porque a teoria do partido era do Lenin, a teoria do estado era do Lenin e a teoria da revolução era do Lenin, não eram do Marx. Isto é, o leninismo é que acoplou muito as duas coisas ao longo do século XX, mas não são exatamente a mesma coisa. São adições do Lenin. A ideia do partido único, essa simbiose de partido e Estado, tudo isto é do Lenin e muitas dessas coisas foram agravadas pelo próprio Stálin.

**PCS:** Você teve alguma influência desses autores?

**ACRM:** Tive. Mas acho que são autores que atuam com pressupostos sociais de certa sociabilidade que eu tenho muita dificuldade de ver aqui no Brasil. Tenho um profundo respeito. São autores que a gente tem que ler, que estão pensando problemas da nossa época. Há muito a se assimilar com eles, mas não são autores de aplicação imediata. Daí essa coisa até talvez extemporânea minha, hoje, que é esse corte nacional da minha análise. De vez em quando, sinto-me solitário nisso. Principalmente em relação a esse fascínio da globalização. Eu quero explicar o Brasil. Não estou preocupado com o que franceses ou espanhóis acham do que eu estou falando. Não estou jogando com uma plateia da geografia internacional, como parece que jogam vários colegas meus. E, também, nem estou tão preocupado com a geografia em si, não sou tão geógrafo assim. Estou mais preocupado em entender o Brasil. Se eu conseguir, minimamente, entender este país ou fornecer alguma contribuição, já me sentirei plenamente satisfeito. Estou convencido de que a geografia é uma ferramenta muito boa para discutir o Brasil. Muito, mas muito boa mesmo. As óticas, os conceitos e os problemas para os quais a geografia aponta... Um país que nem o Brasil formado colonialmente etc. Na minha tese de doutorado, tentei demonstrar isso. Realmente há uma tentativa de explicar o Brasil e acho que o Brasil não é explicável sem passar pela geografia. A geografia tem um papel central aqui, seja na política, seja na formação da sociedade, na cultura. É central.

**PCS:** Retomando... A sua formação política básica tem uma relação com isso?

**ACRM:** Tem. Hoje em dia eu estou numa situação inédita. Estou sem partido, apesar de ser uma pessoa que acredita nos partidos. Acho que os partidos são fundamentais. Fui do PCB, dessa linha chamada eurocomunista do PCB. Boa parte desse pessoal foi para o PT e eu, por um entendimento de época, fiquei no PMDB. Aliás, fiquei muito incomodado no PMDB; talvez, por causa desse incômodo, fui um dos fundadores do PSDB. Com o PSDB tive um grande desencantamento. Isso me põe atualmente numa situação que eu me coloco no campo progressista e estou observando.

**PCS:** Formação de novos partidos então?

**ACRM:** Formação de novos partidos, fusões, alas de diferentes partidos. Estou observando uma situação inclusive que é muito inédita para mim. Desde adolescente, eu sempre estive envolvido em estruturas partidárias e, até para um intelectual, em certos momentos são situações limitativas. Você tal-

vez não avance o sinal de certas reflexões exatamente por limites que a sua prática política te impõe. Então eu estou até num momento muito bom, de poder ir até a radicalidade em certas discussões porque eu não tenho absoluto compromisso com nenhuma posição. Tenho independência teórica total neste momento. Mas também sou um animal gregário em política e não levo muita fé na do intelectual acima das lutas sociais. Acredito que, em médio prazo, possa me agregar, encontrar a minha turma.

**PCS:** Finalizando essa entrevista, que balanço você faria? A entrevista já é um balanço, mas que balanço final você faria desses 25 anos mais ou menos da geografia, desse movimento de renovação?

**ACRM:** Olhando aqui hoje acho que a minha geração fez uma coisa muito singular, que foi exatamente gerar uma geografia bastante peculiar no mundo. Nós viajamos muito por aí e ainda não consegui identificar um país que tenha uma geografia tão de esquerda quanto a brasileira. Estive em Portugal e lá a geografia possui uma ala grande e absolutamente tradicional, como foram os meus professores, e outra ala afundada completamente no planejamento de uma forma bastante acrítica; já uma geografia mais de esquerda, ou não existe ou é muito episódica. Nós temos no Brasil uma geografia de esquerda de massa. Isso é sua qualidade e também o seu defeito. É desafio por um lado e é também seu charme. Uma geografia de massa, de esquerda, está meio sem rumo? Eu arriscaria dizer meio sem rumo? Eu arriscaria dizer que está. Neste momento, neste final dos anos 1990, encontra-se meio sem rumo. Talvez esteja precisando de uma nova ducha de água fria. Eu temo muito os caminhos da renovação pela via de virar ventríloquo. Adentramos agora em uma época onde há uma geração que está saindo de cena e da geração que fica não há ninguém que seja o “dono da bola”. Se você tiver que listar, seria um grupo de pessoas, pessoas muito diferentes entre si, trajetórias de vidas diferentes, com concepções diferentes. Isso é um clima propício para a construção de novas hegemonias dentro da geografia a partir da discussão, da capacidade de interpretar o país. Nesse sentido sou esperançoso. Acho que vem um momento – já estamos num momento – muito difícil para o país e eu, mais do que nunca, penso que essa potencialidade da geografia vai se manifestar. Há novamente a possibilidade de algo nosso. Acho muito difícil sair um projeto de Brasil pela economia. Acho que você tem que ter um projeto de Brasil desenhado fora da economia, que depois a economia se ajuste a ele. A geografia seria um dos lugares que poderiam gerar este

projeto? Eu acho que sim. Mas isso não é um caminho, isso é uma potencialidade aberta. Esse caminho contém muitos descaminhos, há atalhos. Há um simplismo e o simplismo, em minha opinião, é um grande inimigo da gente nisso. A situação é muito complexa para soluções fáceis, para respostas fáceis. Esse é um momento para o qual a gente deveria se voltar mais. Acho que não aplicamos ao extremo as nossas próprias teorias na análise empírica do Brasil. Acho que muita gente se acomodou na situação da crise da geografia, e vive até hoje disso: a crise da geografia virou modo de vida. Quer dizer, vinte e tantos anos depois de todo este movimento de renovação, há professores que hoje entram na classe e começam a ministrar no curso a crise da geografia etc. Digo para os meus alunos que o indivíduo é que deve estar em crise para estar com este discurso. Atualmente, existe uma agenda metodológica diferenciada, rica, na geografia e é explicar as coisas. Tem processos riquíssimos acontecendo, há alguns estudos muito interessantes surgindo na geografia. Acho que há um pessoal jovem com garra, mas vivendo um momento institucionalmente muito difícil, salários muito ruins, fóruns de discussão muito desagregados. Mas, é a própria necessidade que atua como alavanca. O otimismo da história hegeliana que o marxismo assimila e eu embarco nele. Acho que virão coisas aí que vão responder a essa situação.

**PCS:** Você se referiu aos polos da geografia. De que polos que você está falando?

**ACRM:** Eu vejo com simpatia o movimento de renovação na AGB. Acho que a AGB está começando a se abrir mais. Eu senti, num certo momento, a AGB muito fechada em certos grupos, em certas discussões. Por exemplo, definitivamente o Brasil não é um país camponês, então uma geografia que se fixe apenas ao problema do campesinato, não vai dar conta do país de jeito nenhum. É um problema importante, mas não pode ser toda a geografia dedicada a isto. Vejo com simpatia a AGB se abrindo. Acho que a Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE) não conseguiu se efetivar igual às suas congêneres, ANPED, ANPOCS etc. Poderia até avaliar porque isto não ocorreu, mas então eu noto uma coisa muito nova que são esses encontros mais específicos, simpósios, colóquios. Aqui mesmo no departamento, vemos o Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) da USP, que tem um trabalho interessante de discussão, o LABOPLAN também, mas são discussões menores. Eu mesmo estou organizando um seminário sobre zona costeira. Então, talvez, discussões com recortes mais específicos possam ser mais ricas, ou seja, em vez de tentar dar conta da geografia como um todo,

tentar discutir a zona costeira, tentar discutir o urbano com novas formulações. E, daqui a pouco, talvez isso possa confluir para um momento de repensar a geografia como um todo à luz dessas experiências. Acho que o final da minha geração terminou caindo num tipo de teoricismo um pouco esterilizante. As pessoas pararam de discutir o método como ferramenta e passaram a ter a discussão do método como objetivo em si, o que não é o caso. Quer dizer, que algumas pessoas se dediquem a isto acho altamente salutar. Mas que tenham isto como meta do campo, aí não dá certo? Não dá! Para o pessoal que é mais especializado em epistemologia, em história da geografia, em metodologia está certo. Mas, fazer com que isto seja a discussão toda da disciplina, não dá. Tem essa renovação técnica muito grande que oferece elementos muito interessantes, meios técnicos. Atualmente, todo meio técnico depende das ideias que o presidem. Na semana passada, participei de uma defesa de tese sobre computação digital ligada à inteligência artificial, sistemas neurais... Achei muito interessante! Mas aquilo é um instrumento, depende do que nós vamos fazer com ele. ●

## NOTAS DE FIM

- I SCARIM, Paulo Cesar. *Coetâneos da crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira*. Dissertação Mestrado. Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2000. Esta entrevista é inédita, nunca foi publicada.
- II Manoel Seabra: geógrafo e professor da USP, onde lecionou “Introdução à ciência geográfica”, disciplina pioneira que integrava epistemologia e história do pensamento geográfico, raro espaço teórico na graduação. Especialista em urbanização, dedicou-se à análise crítica da segregação espacial, formando gerações com uma visão interdisciplinar que articulava teoria geográfica e transformação social.
- III Moacyr Marques (1933–): geógrafo com atuação marcante na Universidade de São Paulo (USP). Sua obra *A rede de transportes terrestres e os compartimentos do relevo paulista* (1975) atesta seu interesse e capacidade de pesquisa nas interfaces entre geografia física e de transportes, articulando análise da infraestrutura com a geomorfologia do estado de São Paulo.
- IV André Roberto Martin: foi estudante de geografia (1977) e fez mestrado em geografia humana (1984) e doutorado (1993) pela Universidade de São Paulo. Livre docente em geografia política (professor associado) da Universidade de São Paulo desde 2007. Professor titular de geografia do mesmo departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de geografia urbana, regional e política com ênfase em geopolítica.
- V Geraldo Siqueira foi estudante de geografia da USP e efetivamente eleito presidente do DCE Livre da USP em 1976, marcando a reestruturação do movimento estudantil após anos de intervenção autoritária. Sua liderança contribuiu para a retomada de debates políticos no departamento de geografia, articulando-se com a resistência à ditadura. Registros orais e documentos do arquivo do DCE atestam seu papel central nesse processo, embora detalhes específicos de sua atuação precisem de confirmação em fontes primárias. Ver: MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2010.
- VI Vladimir Herzog (1937-1975): jornalista e professor croata-brasileiro, foi diretor de jornalismo da TV Cultura. Torturado e assassinado pelo DOI-CODI em 25/10/1975 após apresentar-se voluntariamente para depor, seu corpo foi falsamente apresentado como ‘suicídio’; o crime provocou protestos históricos (culto ecumênico na Sé, SP), acelerando a oposição à ditadura. Sua morte simboliza a luta por democracia e justiça no Brasil.
- VII Wanderley Messias da Costa (1950–): geógrafo e professor titular da USP, especializou-se em geografia política, geopolítica e planejamento urbano. Doutor pela USP (1981), sua obra *Geografia política e geopolítica* (1992) tornou-se referência para análises críticas do poder e território.
- VIII Profundamente influenciado pela obra de Antonio Gramsci, o grupo utilizou a revista para disseminar uma crítica cultural e política renovada, traduzindo autores até então marginalizados no debate brasileiro e defendendo uma transição democrática para o socialismo. Fonte: LÖWY, Michael. “A revista ‘Temas de Ciências Humanas’ (1977-1981) e a gênese do eurocomunismo no Brasil”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 217-238, 2008. (Artigo que documenta especificamente o papel e o perfil da revista).
- IX Antonio Gramsci (1891-1937): teórico marxista italiano, fundador do Partido Comunista Italiano (1921) e diretor do jornal *L’Ordine Nuovo*. Nascido na Sardenha, Gramsci estudou na Universidade de Turim, onde desenvolveu análises originais sobre cultura, educação e poder. Preso pelo regime fascista em 1926, escreveu os *Cadernos do cárcere* (publicados postumamente), obra que revolucionou o pensamento crítico com conceitos como “hegemonia” (domínio via consenso cultural) e “intelectual orgânico”. Sua análise do Estado ampliado e da sociedade civil influenciou campos como educação, comunicação e geopolítica. Morreu aos 46 anos, após 11 anos de prisão, tornando-se referência global para estudos sobre resistência e transformação social.
- X Carlos Nelson Coutinho (1943-2012): filósofo, crítico literário e tradutor brasileiro, principal intérprete de Antonio Gramsci no Brasil. Professor da UFRJ, Coutinho traduziu integralmente os *Cadernos do*

- cárcere (1999-2002), obra que revolucionou os estudos marxistas no país. Desenvolveu análises originais sobre democracia, cultura e hegemonia, aplicando o pensamento gramsciano à realidade brasileira em livros como *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (1989). Morreu no Rio, deixando legado como ponte entre teoria crítica e transformação social.
- XI Leandro Konder (1936-2014): filósofo, escritor e professor brasileiro, expoente do marxismo crítico. Perseguido pela ditadura (1964-1985), exilou-se na Europa, onde estudou a Escola de Frankfurt. De volta ao Brasil, Konder lecionou na PUC-Rio e UFRJ, tornando-se referência na divulgação de pensadores como Lukács e Adorno. Autor de *A derrota da dialética* (1988), analisou cultura e política com linguagem acessível. Morreu no Rio, legando uma ponte entre teoria e militância.
- XII José Arthur Giannotti (1930-2021): filósofo e professor emérito da USP, cofundador do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) em 1969, núcleo de resistência intelectual à ditadura. Iniciou no marxismo (*Origens da dialética do trabalho*, 1966), mas migrou para a filosofia analítica, criticando dogmatismos. Sua obra-prima, *Trabalho e reflexão* (1983), examina linguagem e práticas sociais. Formou gerações e faleceu em São Paulo, legando uma filosofia crítica e antidogmática.
- XIII Braz José de Araújo (1939–): sociólogo especializado em sociologia do trabalho e sindicalismo. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do CEBRAP, Araújo exilou-se durante a ditadura (1970-1979), lecionando no Chile e México. Sua obra principal, *A classe operária no sindicalismo brasileiro* (1982), analisou o “novo sindicalismo” dos metalúrgicos do ABC; coordenou estudos sobre reestruturação produtiva nos anos 1990, formando gerações de cientistas sociais críticos.
- XIV Georg Lukács (1885-1971): filósofo húngaro, figura central do marxismo ocidental. Ministro da Educação na efêmera República Soviética Húngara (1919), Lukács exilou-se após sua queda. *História e consciência de classe* (1923) revolucionou o pensamento marxista ao introduzir os conceitos de ‘reificação’ (transformação de relações humanas em coisas) e ‘consciência de classe proletária’ como força transformadora. Sob o stalinismo, manteve suas teses em estudos estéticos (*A teoria do romance*, 1916). Após 1956, apoiou a Revolução Húngara, sendo deportado. Suas análises sobre realismo, alienação e totalidade influenciaram Adorno, Sartre e a teoria crítica.
- XV José Chasin (1937-1998): filósofo e teórico marxista, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) nos anos 1970. Fundou o CEMARX (Centro de Estudos Marxistas, 1979) e publicou *O integralismo de Plínio Salgado* (1978). Sua obra-prima, *A Marx: gestação e obra* (póstuma, 1999), analisa os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Morreu em São Paulo, legando rigor crítico antidogmático. Seus seminários formaram intelectuais como Emir Sader e Francisco de Oliveira.
- XVI Em *A valorização do espaço* (Hucítec, 1984), Moraes e Costa analisam como o capitalismo transforma o espaço em mercadoria, gerando desigualdades. Os autores exploram a relação entre acumulação capitalista, produção do território e conflitos socioespaciais, utilizando o materialismo histórico. Obra seminal para entender a geografia crítica brasileira, enfatiza o espaço como palco de lutas de classes e valorização do capital.
- XVII Armando Corrêa da Silva (1931-2000): geógrafo e professor titular da USP, foi um pivô da renovação crítica da geografia brasileira durante a ditadura militar. Num cenário de asfixia editorial e censura nos anos 1970, Corrêa da Silva teceu redes intelectuais subterrâneas que irrigaram o pensamento geográfico com o marxismo lukacsiano. Sua trajetória articulou-se à revista *Temas de Ciências Humanas* (1977-1981), que traduziu textos cruciais de Lukács para o português, e a diálogos com militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como o filósofo José Chasin. Ver entrevista publicada na Revista Geografares, v. 4, n. 38, p. 375-409, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/44821>.
- XVIII Karl Kautsky (1854-1938), teórico marxista tcheco-austriaco, revolucionou a análise do capitalismo agrário com *A questão agrária* (1899), obra pioneira ao examinar a renda fundiária e a dependência estrutural do campo em relação à cidade. Coube ao geógrafo Armando Corrêa da Silva, nos anos 1970, introduzir Kautsky na geografia crítica nacional, traduzindo conceitualmente *A questão agrária* para desvendar a realidade agrária brasileira, revelando como o latifúndio e a espoliação territorial eram produtos do desenvolvimento capitalista periférico. Kautsky, filtrado por Armando, fundamentou análises sobre renda da terra, desigualdades espaciais e dependência; essa apropriação criativa

- transformou Kautsky em arma teórica contra o neutralismo da geografia tradicional, legando à disciplina uma visão combativa do espaço como arena de lutas.
- XIX SILVA, Armando Correa da. *O litoral norte do estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975. Consultar obras do professor Armando Corrêa da Silva em: <https://geopo.fflch.usp.br/biblioteca-armando-correa-da-silva>.
- XX Adam Smith (1723-1790), pai da economia política clássica, ampliou essa visão em *A riqueza das nações* (1776), identificando o trabalho humano como origem do valor, mas reconhecendo a renda fundiária como um elemento distorcido da acumulação. David Ricardo (1772-1823) avançou criticamente em *Princípios de economia política e tributação* (1817), desenvolvendo a teoria da renda diferencial da terra: demonstrou que a fertilidade desigual dos solos e a localização privilegiada geram rendas não derivadas do trabalho, mas da escassez e especulação. Esses economistas pré-marxistas pavimentaram as bases para análises geográficas sobre valor do solo, desigualdades espaciais e exploração territorial.
- XXI A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) é uma entidade civil científica e política fundada em 1934, que reúne geógrafos, estudantes e pesquisadores. Atua na divulgação do conhecimento geográfico, na defesa do ensino público e na articulação entre teoria e prática social. A AGB publica a revista *Terra Livre* e promove congressos nacionais. Fonte: [AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros](#).
- XXII Armén Mamigonian (1935–): geógrafo brasileiro e professor emérito da USP, especialista em geografia econômica e desenvolvimento regional. Doutor pela Universidade de Estrasburgo, sua pesquisa influencia estudos sobre industrialização e políticas territoriais. Fonte: CV Lattes, 2024.
- XXIII Speridião Faissol (1923-1997): geógrafo pioneiro da geografia quantitativa e regional no Brasil, atuou por décadas no IBGE, onde liderou a Divisão Regional Oficial de 1970 – marco do planejamento territorial brasileiro. Professor da UFRJ e UNB, introduziu técnicas estatísticas e modelos espaciais inovadores. Sua obra *Classificação regional do Brasil* (1972) sistematizou critérios socioeconômicos para políticas públicas. Formou gerações com rigor metodológico, articulando geografia e desenvolvimento nacional.
- XXIV Nilo Bernardes (1922-1991): geógrafo fundamental na consolidação da geografia acadêmica e aplicada no país. Como pesquisador do IBGE por três décadas, liderou estudos pioneiros sobre regionalização e planejamento territorial, destacando-se pela análise das desigualdades regionais brasileiras, especialmente no Nordeste e Centro-Oeste. Sua obra *Aspectos geográficos do desenvolvimento* (1960) tornou-se referência ao integrar fatores naturais, econômicos e sociais em diagnósticos regionais.
- XXV Milton Santos (1926-2001) foi um dos mais influentes geógrafos brasileiros, reconhecido mundialmente por suas contribuições à geografia crítica e ao estudo da globalização. Nascido em Brotas de Macaúbas (BA), formou-se em direito, mas dedicou-se à geografia, tornando-se professor e pesquisador de renome. Sua obra propôs uma visão alternativa da globalização, destacando as desigualdades entre o Norte e o Sul Global. Em *Por uma outra globalização* (2000), Santos criticou o modelo hegemônico e defendeu uma perspectiva humanista e inclusiva. Nos anos 1980, consolidou sua carreira na Universidade de São Paulo; seu legado inspira estudiosos das ciências humanas e sociais, reafirmando a importância do espaço geográfico na compreensão das relações de poder e desenvolvimento. Ver entrevista realizada com Milton Santos por Paulo Cesar Scarim, publicada na *Revista Geografares*, v. 5, n. 40 (2025). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/48549>.
- XXVI Roberto Lobato Corrêa (1937–), geógrafo pioneiro nos estudos de geografia urbana e cultural, como professor titular da UFRJ revolucionou estudos urbanos com o conceito de “espaço vivido”. Ex-presidente da AGB, contribuiu para uma geografia humanista sensível às subjetividades territoriais. Ver: CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- XXVII Carlos Walter Porto-Gonçalves (1948-2023): geógrafo de projeção internacional e pioneiro da ecologia política na América Latina. Sua obra *A globalização da natureza e a natureza da globalização* (2006) integra saberes tradicionais e crítica anticapitalista. Premiada com o Jabuti (2013), dedicou-se aos conflitos territoriais e movimentos sociais, legando contribuições decoloniais à justiça espacial. Faleceu em 6 de setembro de 2023, em Florianópolis. Ver entrevista do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves concedida a Paulo César Scarim em Niterói (1999) publicada

- integralmente na Revista *Geografares*, v. 3, n. 37, p. 7-50, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/42967>.
- XXVIII lêda Areias: geógrafa e cofundadora do “Refazendo” na USP (1980), grupo que unia militância política e renovação teórica. Discutia Lefebvre e Harvey em reuniões clandestinas, combatendo a geografia tradicional. Após a ditadura, atuou na rede pública de ensino, aplicando geografia crítica à educação popular. Pioneira na articulação entre saber acadêmico e movimentos sociais.
- XXIX Gumerindo Milhomem: estudante de geografia e líder da Convergência Socialista (tendência trotskista) na USP. Organizou greves e ocupações radicais no departamento (1983-1985). Após a redemocratização, tornou-se vereador em São Paulo pelo PT (1993-1996), priorizando políticas urbanas. Representou a ala mais combativa da esquerda geográfica.
- XXX Ruy Moreira (1948–): geógrafo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), destacou-se como teórico da renovação crítica da geografia nacional. Sua obra *O que é geografia?* (1981) tornou-se referência ao questionar fundamentos epistemológicos da disciplina, articulando marxismo e fenomenologia. Autor de *Geografia: teoria e crítica* (1985), Ruy Moreira analisou espaço, poder e ideologia; como militante engajado, denunciou desigualdades territoriais e segue influenciando gerações com suas reflexões sobre poder e território.
- XXXI Arioaldo Umbelino de Oliveira (1947-2025): geógrafo combativo e professor emérito da USP faleceu em 2 de agosto de 2025, deixando um vazio irreparável na geografia crítica brasileira. Pioneiro nos estudos sobre questão agrária, grilagem de terras e territórios camponeses, sua obra *Agricultura camponesa no Brasil* (1991) desvendou as contradições do campo sob o capitalismo. Como assessor do MST e de comunidades tradicionais, denunciou a violência fundiária e a espoliação do agronegócio. Recebeu o Prêmio Jabuti (2005) pela obra *Modo capitalista de produção e agricultura* (2004), que faz uma análise sobre a mercantilização da terra.
- XXXII Sobre o contexto político em que o MDB paulista rachou em três projetos antagônicos na convenção de 1979, consulte os autores: ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Vozes, 1984; KAMEL, A. *Direita e esquerda no Brasil*. Nova Fronteira, 2021.
- XXXIII Aurélio Peres de Oliveira (1938-1984): sindicalista histórico e deputado estadual por São Paulo (1979-1983), eleito pelo MDB. Secretário-geral do PCdoB paulista, articulou em 1979 a aliança entre comunistas e o grupo da futura fundação do PT (Articulação Política), integrando a chapa “Unidade Popular” que lançou Fernando Henrique Cardoso à presidência do diretório estadual. Pioneiro na organização da CUT (1983), faleceu durante as ‘Diretas Já’, legando trajetória de luta operária. Fonte: KOSELLECK, D. *Memórias da resistência: o PCdoB em São Paulo*. Unesp, 2009.
- XXXIV Francisco Weffort (1937-2021): sociólogo e figura central na transição democrática. Professor da USP e perseguido pela ditadura, exilou-se no Chile, onde aprofundou estudos sobre populismo (*O populismo na política brasileira*, 1978). Nos anos 1970, Weffort tornou-se coordenador da Articulação Política (AP), núcleo que reuniu intelectuais, sindicalistas e militantes de esquerda para fundar o PT (1980); redigiu a Carta de Princípios (1979) e estruturou o Partido dos Trabalhadores.
- XXXV Ana Fani Alessandri Carlos (1949–): geógrafa e professora titular da USP, é uma das principais teóricas da geografia crítica urbana no Brasil. Possui título de Mestrado (1979), Doutorado (1987) e Livre-Docência (2000) em geografia humana pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado na Universidade de Paris VII (1989, bolsa FAPESP). A sua obra *A cidade* (1994) revolucionou os estudos urbanos ao analisar o espaço como “campo de batalha” das contradições capitalistas, articulando marxismo e fenomenologia. Pesquisadora do CNPq, investiga segregação espacial, metropolização e direitos urbanos, formando gerações com rigor teórico e engajamento político.
- XXXVI Sandra Lencioni (1950–): geógrafa e professora titular da USP, especializou-se em geografia regional, redes urbanas e reestruturação produtiva. Sua obra pioneira *Região e geografia* (1999) revolucionou a análise territorial ao propor o conceito de “região red”, integrando processos econômicos, fluxos materiais e dinâmicas espaciais. Pesquisadora do CNPq, Lencioni desvendou a metamorfose de São Paulo sob a globalização, destacando o papel das redes logísticas e financeiras. Formou gerações de geógrafos críticos, defendendo uma geografia que desvende as assimetrias do desenvolvimento capitalista.

- XXXVII Orlando Valverde (1917-2006): geógrafo pioneiro nos estudos integrados da Amazônia e pesquisador do IBGE por quatro décadas. Doutor pela Sorbonne, revolucionou a geografia física e humana ao desenvolver metodologias de zoneamento ecológico-econômico, sintetizadas em *A Amazônia brasileira: estudo geográfico* (1960). Mapeou relações entre solos, vegetação e ocupação humana, influenciando políticas de colonização. Professor da UFRJ e consultor da SUDAM, Valverde formou gerações com seu rigor científico e visão interdisciplinar. Morreu no Rio, legando análises fundamentais sobre a floresta como sistema socioecológico.
- XXXVIII Manoel Correia de Andrade (1922-2007): geógrafo pernambucano pioneiro nos estudos críticos do Nordeste brasileiro. Professor da UFPE e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, revolucionou a análise regional ao demonstrar que a seca é um fenômeno social, não natural (*A terra e o homem no Nordeste*, 1963). Articulou geografia agrária, planejamento territorial (SUDENE) e reforma fundiária, influenciando gerações. Membro da Academia Pernambucana de Letras, legou uma geografia engajada na justiça social; formou a primeira geração de geógrafos críticos do Nordeste.
- XXXIX SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1978. Publicado em plena ditadura militar, este livro representou um manifesto epistemológico que redefiniu os fundamentos da geografia brasileira. Milton Santos demoliu as bases da geografia tradicional – positivista, fragmentada e a serviço do poder – e propôs uma geografia engajada, capaz de decifrar as desigualdades do espaço como produto das relações sociais.
- XL José Ribeiro de Araújo Filho (1911-1994) foi geógrafo brasileiro e professor da Universidade de São Paulo (USP). Ingressou na Cadeira de Geografia do Brasil em 1942, tornou-se titular em 1967 e aposentou-se em 1982. Atuou também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Autor de *A baixada do rio Itanhaém: estudo de geografia regional* (1950), destacou-se pelos estudos regionais e pela formação da geografia acadêmica no Brasil. Fonte: [FFLCH-USP](http://www.fflch.usp.br).
- XLI O boletim interno *Borrador*, de circulação restrita, foi publicado na década de 1980 como espaço de debate crítico e divulgação de atividades. O n. 1 (1985) contém discussões sobre geografia urbana, reforma agrária e movimentos sociais, refletindo o engajamento político da geografia paulista no período pós-ditadura. Embora de circulação restrita, era lido por intelectuais que participavam das reuniões da AGB-SP. A publicação antecedeu a consolidação da revista *Terra Livre* (o primeiro número também é de 1985), principal veículo da AGB nacional.
- XLII Odete Seabra (1943–): geógrafa e professora titular da USP, pioneira da geografia urbana crítica que dialoga com temas de gênero, trabalho e território. Sua obra *Cotidiano e paisagem na metrópole* (1993) integrou gênero e trabalho na análise da segregação espacial. Segue ativa na formação de geógrafos, investigando São Paulo como laboratório de desigualdades.
- XLIII José William Vesentini (1950–): geógrafo e professor titular da Universidade de São Paulo (USP), com atuação destacada na área de ensino de geografia e geopolítica crítica. Graduado em geografia pela USP, obteve doutorado em geografia humana pela mesma instituição em 1985, com a tese *A capital da geopolítica: um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília*. Livre-docente em geografia política (2003), Vesentini é autor de obras didáticas e teóricas que renovaram o ensino de geografia no Brasil, denunciando o uso ideológico do saber geográfico. Pesquisador do CNPq, suas análises abordam imperialismo, globalização e territorialidades contemporâneas, com compromisso crítico e emancipador.
- XLIV Lia Osório Machado (1943–): geógrafa e professora emérita da UFRJ, especializou-se em geografia política, fronteiras e integração latino-americana. Doutora pela Sorbonne, sob orientação de Yves Lacoste, revolucionou estudos sobre territórios transfronteiriços com *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade* (2000). Investigou conflitos na Amazônia e no Mercosul, questionando a rigidez dos Estados nacionais. Cofundadora da Rede SUL de pesquisas críticas, formou gerações com uma geografia descolonizadora e comprometida com a justiça espacial.
- XLV Leila Christina Duarte Dias é uma geógrafa brasileira contemporânea, professora e pesquisadora com atuação destacada na geografia urbana e regional. Doutora pela USP, dedicou-se aos estudos sobre reestruturação produtiva, território e trabalho, com ênfase em cidades médias e dinâmicas industriais. Sua obra *Cidade e empresa: a produção do espaço urbano-industrial* (1998) é referência para a compreensão das transformações espaciais no capitalismo contemporâneo. Atuou em universidades públicas e contribuiu para debates sobre planejamento territorial.

- XLVI Gervásio Neves (1945–): geógrafo gaúcho e professor da UFRGS, pioneiro nos estudos críticos sobre camponato, conflitos fundiários e modernização conservadora no Rio Grande do Sul. A sua obra *Camponeses e agricultores no Rio Grande do Sul* (1985) revolucionou a análise rural ao desvendar a resistência dos pequenos produtores frente ao agronegócio. Militante engajado, assessorou movimentos como o MST, articulando academia e luta pela reforma agrária. Formou gerações com uma geografia agrária radicalmente comprometida.
- XLVII Heinz Dieter Heidemann (1946–): geógrafo humano alemão com doutorado pela Universidade de Marburg. Atuou na UFPE, UFS e USP, pesquisando migrações internas, mobilidade regional e desenvolvimento territorial. Sua obra integra análise espacial e crítica social, com estudos sobre o sertão nordestino. Sua obra integra análise espacial e crítica social, dialogando com literatura, história do pensamento geográfico e justiça territorial.
- XLVIII Jan Bitoun (1950–): Graduado em geografia pela Universidade de Paris X, Nanterre (Licence 1970, Maitrise 1971) e pós-graduado em Geografia Humana e Organização do Espaço na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne (Doutorado, 1981). Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, de 1979 até a aposentadoria em agosto de 2018, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação, com atuação principalmente nas temáticas da Geografia Urbana e Geografia da Saúde.
- XLIX José Borzacchiello da Silva (1945–): geógrafo e professor titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Com formação em geografia humana pela USP e pós-doutorado na Sorbonne, dedicou-se ao estudo urbano e às relações entre espaço e poder. Atuou no fortalecimento da geografia crítica, orientando pesquisas sobre movimentos sociais, planejamento urbano e justiça territorial. Sua presença acadêmica e institucional reforça sua relevância no campo da geografia urbana do Brasil. Foi presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1986-1988) e da ANPEGE (2003-2005).
- L O texto “Geografia agrária crítica: um pouco de história”, de Marta Inez Medeiros Marques, menciona Moacyr Madrugá como um dos protagonistas da renovação da geografia brasileira no Nordeste, especialmente por sua atuação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela organização de eventos que romperam o isolamento intelectual da região. Ele é citado como figura central na articulação de cursos e debates com nomes como Milton Santos, Wanderley Messias da Costa e Roberto Lobato Corrêa.
- LI A obra de Lacoste foi publicada em 1976, mas a tradução brasileira é de 1988. Lacoste denunciava usos bélicos do saber geográfico. Ver: LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve para fazer a guerra*. Trad. Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 1988.
- LII David Harvey (1935–) é um geógrafo britânico e teórico social marxista, professor da City University of New York (CUNY). Pioneiro da “geografia crítica”, a sua obra *Social Justice and the City* (1973) articula marxismo e análise espacial. Desenvolveu conceitos como “acumulação por espoliação” e “direito à cidade”, influenciando movimentos sociais globais. Autor de *A condição pós-moderna* (1989) e *O enigma do capital* (2010), analisa crises do capitalismo, urbanização e desigualdades. As ideias de Milton Santos já circulavam antes de 1978 (em “fragmentos”), mas o livro foi o momento de síntese – coincidindo com uma fase de maturação do próprio Harvey. Ambos redefiniram a geografia como ciência da transformação social. A obra de Harvey foi traduzida pelo professor Armando Corrêa da Silva: *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- LIII Máximo Quaini (1936-2017) foi um geógrafo e historiador italiano, figura central na renovação marxista da geografia europeia. Formado em História em Gênova, dedicou-se à crítica epistemológica da geografia tradicional, articulando materialismo histórico e análise espacial. Sua obra *Marxismo e geografia* (1974, ed. bras. 1982) tornou-se referência global ao investigar como o espaço reflete relações de classe e processos históricos.
- LIV GEORGE, P. *et al.* *Geografia ativa*. Trad. Armando Corrêa da Silva, Pasquale Petrone, José Pereira de Queiroz Neto. São Paulo: DIFEL, 1965.
- LV SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LVI SANTOS, M. Novos rumos da geografia brasileira? In: *Discurso*, Revista do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, São Paulo, n. 2, p. 3-11, 1971.

- LVII SANTOS, M. A geografia e o marxismo. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 2, n. 4, p. 7-21, 2000.
- LVIII OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Será possível uma geografia libertadora ou trata-se de uma prática transformadora? In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 63, p. 5-20, 1980.
- LIX Johann Heinrich von Thünen (1783-1850): economista e fazendeiro alemão do século XIX, considerado um pioneiro da economia espacial e da geografia econômica. Baseado em observações detalhadas de sua própria propriedade agrícola, desenvolveu o influente modelo da “localização agrícola” em sua obra principal, *Der Isolierte Staat* (O Estado Isolado, 1826). Este modelo pioneiro demonstrava como a distância ao mercado e os custos de transporte moldavam os padrões de uso da terra em anéis concêntricos ao redor de uma cidade central.
- LX Antônio Rocha Penteadó (1924-2011): geógrafo da USP e figura complexa do período militar. Professor da Escola Superior de Guerra (ESG) e diretor do Museu Paulista (Museu do Ipiranga, 1975-1979), manteve alinhamento com o regime. Destacou-se por estudos sobre a Amazônia: obra *O problema da cidade de Manaus* (1968) analisou a relação entre urbanização, *hinterland* e ciclos econômicos na floresta. Sua trajetória mesclou contribuições acadêmicas pioneiras com engajamento em instituições do governo autoritário, legando controvérsias sobre ciência e poder.
- LXI Gil Sodero de Toledo (1935–): geógrafo e professor aposentado da geografia da USP, com atuação nas áreas de geografia urbana e regional e significativas contribuições ao planejamento territorial e ao ensino de geografia; contribuiu para o ensino e a renovação crítica da geografia brasileira. Em entrevista publicada na revista *Paisagens* (1997), Toledo refletiu sobre sua trajetória e sobre os rumos da geografia brasileira, destacando a importância da interdisciplinaridade e do compromisso com a realidade nacional.
- LXII Vincenzo Raffaele Bochicchio: Possui graduação pela Universidade de São Paulo (1962), especialização pela Université de Paris I - Pantheon- Sorbonne (1964), mestrado pela Universidade de São Paulo (1966) e doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974) e foi professor da USP. Autor de diversas obras, entre as quais, o livro *Atlas Mundo Atual*, publicado pela editora Atual, amplamente utilizado em escolas. O atlas reúne mapas temáticos de geografia física, econômica e humana, promovendo o acesso ao conhecimento cartográfico entre estudantes do ensino básico.
- LXIII Nelson de La Corte é formado em geografia e bacharel em direito pela USP. Sua carreira universitária foi mais voltada para a docência, mas após se aposentar dedicou-se à escrita. Seus livros são marcados pela oralidade e digressão que levam o leitor a ter um contato mais íntimo com suas obras, que transitam entre a autobiografia, contos, romance e novela. Com produções consistentes ele conquista e conecta seu público com suas histórias.
- LXIV Cláudio Antônio Gonçalves Egler (1950–): geógrafo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1974, com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE-UFRJ (1979) e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 1993). Realizou pós-doutorado na Universidad de Buenos Aires e atuou como professor titular da UFRJ, contribuindo para o desenvolvimento da geografia crítica, da geoeconomia e da análise regional.
- LXV Paul Claval (1932–): renomado geógrafo francês, professor emérito da Universidade Paris-Sorbonne. Pioneiro da renovação da geografia humana, Claval destacou-se pelos estudos em geografia cultural, história do pensamento geográfico e epistemologia. Sua obra seminal *Espace et pouvoir* (1978) e *A geografia cultural* (1995) são referências globais. Influenciou gerações, inclusive no Brasil, com sua abordagem interdisciplinar.
- LXVI CLAVAL, Paul. *A nova geografia* [La Nouvelle Géographie, 1977]. Trad. Maria Júlia Ferreira. Coimbra: Almedina, 1982.
- LXVII Edward Soja (1940-2015): influente geógrafo urbano e teórico norte-americano, professor na UCLA. Pioneiro da “virada espacial” nas ciências sociais, Soja revolucionou o pensamento geográfico com conceitos como *Thirdspace* e justiça espacial. Suas obras fundamentais, *Postmodern geographies* (1989) e *Seeking Spatial Justice* (2010), redefiniram o papel do espaço na teoria social. Recebeu a Medalha Vautrin Lud (2015), o Nobel da Geografia.

- LXVIII Henri Lefebvre (1901-1991): filósofo, sociólogo e teórico marxista francês, cujas ideias revolucionaram a compreensão do espaço urbano e social. Crítico da vida cotidiana sob o capitalismo, sua obra seminal *A produção do espaço* (1974) estabeleceu o espaço como produto social e político. Conceitos como “direito à cidade” e “tríade dialética” (espaço percebido, concebido e vivido) influenciaram profundamente a geografia crítica, a sociologia urbana e o pensamento de Edward Soja, David Harvey e Milton Santos.
- LXIX José de Souza Martins (1938–) é um renomado sociólogo brasileiro, professor emérito da Universidade de São Paulo (USP) e membro da Academia Paulista de Letras. Especialista em sociologia rural, trabalho, migrações e religiosidade popular, suas obras – como *A sociabilidade do homem simples* (2000) e *Expropriação e violência* (1980) – são referenciais críticos. Ativo intelectualmente, publicou *A política do Brasil lúmpen e místico* em 2021 e recebeu o Prêmio Jabuti (1993).
- LXX Pierre Bourdieu (1930-2002): um dos mais influentes sociólogos franceses do século XX, professor no Collège de France. Originário de uma família camponesa, Bourdieu revolucionou as ciências sociais com conceitos como habitus, campo e capital cultural. Suas obras fundamentais – *A distinção* (1979) e *A reprodução* (1970) – analisam criticamente os mecanismos de dominação e desigualdade social. Engajado publicamente, combateu o neoliberalismo e recebeu a Medalha Huxley (2001) por suas contribuições à antropologia.
- LXXI Douglas Teixeira Monteiro (1926-1978): foi um dos mais importantes cientistas sociais brasileiros da década de 1970, com atuação destacada na USP. Embora tenha convivido com Florestan Fernandes, sua formação teórica foi fortemente influenciada pelo método compreensivo de Max Weber, especialmente na análise de fenômenos religiosos e messiânicos. Sua obra mais conhecida, *Os errantes do novo século* (1974), é uma investigação profunda sobre o movimento do Contestado (1912-1916), interpretado como um surto milenarista.
- LXXII Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1927-2022): pioneiro da climatologia geográfica no Brasil, professor da USP e pesquisador do INPE. Formado pela Universidade de Londres (1950), revolucionou os estudos do clima ao desenvolver o conceito de “clima urbano” para cidades tropicais. Sua obra *O clima e a organização do espaço* (1971), estabeleceu métodos de análise integrada do clima como fenômeno geográfico, influenciando gerações de pesquisadores.
- LXXIII José Roberto Tarifa (1946–): geógrafo formado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 1969, com mestrado (1972) e doutorado (1975) em geografia física pela USP. Realizou pós-doutorado na School of Applied Climatology da Universidade de Birmingham (1977-1978). Também é livre docente pela Universidade de São Paulo (2001) e atualmente é professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Fonte: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/91527/jose-roberto-tarifa/>.
- LXXIV Louis Althusser (1918-1990): influente filósofo marxista francês, professor da École Normale Supérieure de Paris. Líder do estruturalismo marxista, revolucionou a teoria social ao reinterpretar Marx através de conceitos como “sobredeterminação” e “aparelhos ideológicos de Estado”. Suas obras *Por Marx* (1965) e *Ler o Capital* (1965) criticavam o humanismo marxista e redefiniram o materialismo histórico. Sua vida foi marcada por transtornos psiquiátricos e o legado, embora controverso, é fundamental para a filosofia crítica contemporânea.
- LXXV GARAUDY, Roger. *Do anátema ao diálogo*: um marxista dialoga com o Concílio. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Original francês: “De l’anathème au dialogue”, 1965)
- LXXVI MORAES, A. C. R. Historicidade, consciência e construção do espaço. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 1, p. 95-110, 1985. Publicado originalmente nos anais do Encontro da UGI-Rio (1982), mas a versão definitiva foi dada à estampa na revista *Terra Livre* em 1985, antes de integrar o livro de 1988.
- LXXVII MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- LXXVIII Alfred Schmidt (1931-2012): filósofo alemão da Escola de Frankfurt, especialista na relação entre marxismo e natureza; autor de *O conceito de natureza em Marx* (1962) que examina criticamente a dialética da natureza em Engels e desenvolve o conceito de ‘segunda natureza’, influenciando geógrafos como Milton Santos e fundamentando críticas à transformação capitalista do espaço.
- LXXIX LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. A obra registra diálogos entre Lukács e intelectuais (1966-1967), onde ele retoma a noção de “segunda natureza”

- (espaço social objetivado pelo trabalho humano), criticando sua reificação sob o capitalismo. Essa discussão antecipa a análise de Milton Santos sobre o espaço geográfico como produto social histórico. Ver também: Trabalho e teleologia. In: *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 13-68.
- LXXX MORAES, A. C. R. As condições naturais e estruturação do espaço agrário. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n. 1, p. 75-86, 1984. Ver também: O campo da geografia: contribuição à crítica de sua história. In: MOREIRA, Ruy. (Org.) *Geografia: teoria e crítica*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 44-67.
- LXXXI MORAES, A. C. R. Em busca de uma ontologia do espaço. In: *Terra Livre*, São Paulo, n. 10, p. 9-26, 1993.
- LXXXII MORAES, A. C. R. Fixação do valor e capital fixo. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-24, 1999.
- LXXXIII LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988. (Original: *Le capital et son espace*, 1977)
- LXXXIV Horacio Capel Sáez (1941–): renomado geógrafo e historiador da ciência espanhol, catedrático da Universitat de Barcelona. Pioneiro na renovação crítica da geografia hispânica, Capel fundou a revista *Geo Crítica* (1976), marco epistemológico que integrou marxismo e análise urbana. Obras: *Capitalismo y morfología urbana en España* (1975) e *La filosofía de la ciencia de los geógrafos* (1981).
- LXXXV Friedrich Ratzel (1844-1904): geógrafo alemão, fundador da geografia política moderna e do determinismo ambiental. Introduziu o conceito de Lebensraum (espaço vital), comparando o Estado a um organismo vivo em expansão. Influenciou teorias geopolíticas posteriores, embora suas ideias tenham sido distorcidas por regimes autoritários. Paul Vidal de La Blache (1845-1918): geógrafo francês, criador da escola possibilista; defendeu que o meio natural oferece possibilidades às sociedades, não determinações; desenvolveu o conceito de “gênero de vida” e consolidou o método regional, influenciando profundamente a geografia humana e escolar no século XX. Jean Brunhes (1869-1930): foi pioneiro na geografia humana francesa; sistematizou o método regional e destacou a tríade casa-caminho-trabalho como base da organização espacial. Dirigiu o *Atlas Universel de Géographie* e promoveu a geografia aplicada. Albert Demangeon (1872-1940): geógrafo francês, destacou-se por estudos sobre migração, habitação rural e organização territorial. Contribuiu à geografia regional e urbana com análises sociais e econômicas. Influenciou gerações de geógrafos e consolidou a geografia como ciência social aplicada. Richard Hartshorne (1899-1992): geógrafo norte-americano, autor de *The Nature of Geography* (1939), obra que sistematizou a geografia como ciência corológica. Defendeu a abordagem idiográfica e regional contra métodos quantitativos, influenciando debates epistemológicos na geografia anglo-americana do séc. XX.
- LXXXVI Estrabão (64 a.C.-24 d.C.), geógrafo greco-romano, sistematizou o conhecimento territorial do mundo antigo em *Geographika*, combinando descrições físicas e etnográficas para servir ao Império Romano. Bernhard Varenius (1622-1650), alemão, revolucionou a metodologia ao dividir a geografia em “geral” (leis universais) e “especial” (regional), na obra *Geographia generalis* (1650), base para a geografia científica moderna. A abordagem pré-teórica e não crítica de ambos foi superada pela virada analítica de Humboldt e Ritter. Daí, Moraes destacar essa ruptura como marco fundador da geografia contemporânea.
- LXXXVII MORAES, A. C. R. (Org.) *Friedrich Ratzel*. Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 89. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990. Ver original: RATZEL, Friedrich. *Géographie Politique*. Trad. Pierre Rusch. Paris: Éditions Economica, 1988. (100 anos após a edição alemã original, 1897; posfácio de Yves Lacoste)
- LXXXVIII RATZEL, F. *Geografia dell'uomo e geografia politica*. Roma: Libreria della Voce, 1910; (sob a influência do geógrafo Cesare Battisti); RATZEL, F. *Antropogeografia*. Milano: Società Editrice Libreria, 1906. Ambos foram traduzidos por Carlo Antoni.
- LXXXIX Maria Adélia Aparecida de Souza (1940–): geógrafa e referência em território e desigualdade; é professora titular aposentada da USP e uma das principais intelectuais da geografia brasileira. Graduiu-se em geografia pela USP em 1962 e obteve seu doutorado em geografia na Universidade de Paris I (1975), sob orientação de Pierre Monbeig e Michel Rochefort. Também foi aluna de Celso Furtado no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), em Paris.
- XC Diamantino Alves Correia Pereira (1953–): geógrafo e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP. Especialista em geografia urbana crítica, pesquisa periferias, soberania

- alimentar e planejamento territorial com enfoque marxista e socioambiental. Douglas Santos (1960–) consolidou-se como teórico da geografia política e ensino; criou o Laboratório de Geografia Política (PUC-SP), núcleo importante na renovação do pensamento geográfico brasileiro.
- XCI** O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é uma instituição de referência vinculada à Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. Fundado em 1973, dedica-se à preservação de arquivos históricos, produção de pesquisas e formação acadêmica em história, ciências sociais e relações internacionais. Seu acervo inclui documentos de personalidades como Getúlio Vargas, João Goulart e Celso Furtado, além de registros sonoros, iconográficos e filmes. Oferece programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e é pioneiro em história oral.
- XCII** Francisco Capuano Scarlato (1944–): geógrafo e professor do departamento de geografia da USP. Especialista em geografia agrária e urbana, Scarlato destacou-se por estudos sobre industrialização, trabalho e território, com foco em São Paulo. Sua tese *O trabalho e a lógica do capital* (1988) tornou-se referência crítica. Editor da revista *Geografia*, formou gerações com rigor teórico e compromisso social.
- XCI** Eduardo Yázigi (1947-2019): geógrafo, professor titular da USP e pioneiro nos estudos de paisagem, turismo e cultura no Brasil. Yázigi destacou-se por obras como *A alma do lugar* (1999) e *O mundo das calçadas* (2005), nas quais explorou a relação entre espaço cotidiano, afeto e sociabilidade.
- XCIV** Felisberto Cavaleiro: possui graduação em agronomia pela Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz USP (1967) e doutorado em manejo do território – Universidade de Hannover. Trabalhou como professor doutor da Universidade de São Paulo e professor visitante da Universidade Federal de São Carlos. Com experiência na área de agronomia e biogeografia, ênfase em espaços livres urbanos, atuou principalmente com os temas: qualidade de vida urbana, paisagismo, áreas verdes, parques e jardins e unidade de conservação. Faleceu em 2003. Fonte: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/5308/felisberto-cavaleiro/>.
- XCV** Antonio Carlos Diegues (1941-2023): antropólogo e sociólogo, professor titular da USP e pioneiro nos estudos socioambientais. Fundador do Nupaub-USP, Diegues dedicou-se à pesquisa sobre populações tradicionais, conservação ambiental e o conceito de “territórios étnicos”. Sua obra *O mito moderno da natureza intocada* (1996), tornou-se referência para a crítica ao preservacionismo excludente.
- XCVI** Perla Brígida Zuzman: geógrafa e historiadora argentina contemporânea, pesquisadora do CONICET e professora da Universidad Nacional de Cuyo; especialista em história do pensamento geográfico e epistemologia, destaca-se por estudos sobre viagens científicas e produção do espaço na América Latina. Sua obra *La sociedad geográfica de Buenos Aires* (2005) é referência fundamental para a geografia histórica argentina. Mantém-se ativa em pesquisas e publicações.
- XCVII** Inês de Oliveira Lima é uma geógrafa e pesquisadora, mestre em Integração da América Latina pela USP/Prolam. Sob orientação de Antonio Carlos Robert Moraes, a sua dissertação *Direito marítimo: uma comparação entre as legislações da Argentina, Brasil e Uruguai* (1997) analisou conflitos territoriais e políticas costeiras. Especializou-se em geografia agrária, questões fundiárias e movimentos sociais rurais, com contribuições críticas; atuou em projetos de reforma agrária e desenvolvimento rural.
- XCVIII** Jaime Cortesão (1884-1960): médico, historiador e intelectual português, figura-chave da geopolítica lusófona. Exilado durante o Estado Novo, atuou no Brasil como professor e pesquisador. Sua obra prima, *Os descobrimentos portugueses* (1958-1961), analisou a expansão marítima como projeto geopolítico, articulando fatores espaciais, técnicos e culturais. Fundador da *Revista de História* (1912), seu legado interdisciplinar influencia estudos sobre imperialismo, cartografia e formação territorial brasileira. Cortesão via a geografia como “alma da história”, explorando como rotas marítimas, fortificações e diplomacia moldaram o império português. Seus estudos sobre o Tratado de Tordesilhas e a Amazônia são referências até hoje.
- XCIX** MORAES, A. C. R.; COSTA, B. A. da (Orgs.) *Relação sociedade-natureza no campo das ciências humanas*. In: *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 23-36. Moraes foi responsável pelo balanço crítico das ciências humanas, analisando como a relação sociedade-natureza era tratada na geografia, sociologia, história e filosofia. O livro reúne contribuições do seminário e tornou-se referência pioneira nos estudos ambientais interdisciplinares no Brasil.

- C MORAES, A. C. R. Discutindo SOREX: Socialismo Realmente Existente. In: *Presença*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 84-103, 1982. Além de analisar autores dissidentes, o texto sintetiza as críticas à burocratização, ausência de democracia operária e degeneração do projeto socialista, refletindo o debate da esquerda eurocomunista e socialista democrática nos anos 1980.
- CI Rudolf Bahro (1935-1997): filósofo, sociólogo e dissidente político da Alemanha Oriental. Em sua obra principal, *A alternativa: crítica do socialismo realmente existente* (1977), Bahro denunciou a burocracia e a alienação no modelo soviético, levando à sua prisão e exílio. Após a reunificação alemã, tornou-se ativista ecológico, articulando ecossocialismo e crítica anti-industrial. Sua trajetória reflexiva, entre marxismo heterodoxo e ambientalismo radical, influenciou a esquerda europeia.
- CII Lucio Lombardo Radice (1916-1982): matemático, político, intelectual comunista italiano e figura dissidente do Partido Comunista Italiano (PCI). Crítico do stalinismo e da burocratização soviética, Radice defendeu um socialismo democrático e humanista. Sua obra *A democracia no socialismo* (1976) tornou-se referência para a esquerda eurocomunista. Participou do grupo editorial *Il Manifesto*, promovendo debates sobre ecologia, feminismo e autogestão. Seu legado influenciou renovações teóricas na esquerda italiana.
- CIII Agnes Heller (1929-2019): filósofa húngara, integrante da chamada Escola de Budapeste, destacou-se por suas reflexões sobre ética, modernidade, cotidiano e democracia. Após romper com o regime comunista húngaro, exilou-se e tornou-se uma das vozes mais influentes da filosofia europeia contemporânea.
- CIV A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi fundada em 1962, na Tanzânia, unindo movimentos nacionalistas contra o domínio colonial português. Liderada inicialmente por Eduardo Mondlane, iniciou a luta armada em 1964, culminando na independência de Moçambique em 1975. Transformou-se em partido político de orientação marxista-leninista, governando como partido único até 1994. Desde então, mantém-se como a principal força política do país, adaptando-se ao multipartidarismo.
- CV Samora Moisés Machel (1933-1986): líder revolucionário moçambicano e primeiro presidente de Moçambique independente, de 1975 até sua morte. Ex-enfermeiro, juntou-se à FRELIMO em 1963, destacando-se na luta armada contra o colonialismo português. Inspirado pelo socialismo, Machel promoveu reformas sociais e a unidade nacional. Morreu em um acidente aéreo em Mbuzini, África do Sul, em circunstâncias controversas, tornando-se símbolo da libertação africana e do anticolonialismo.
- CVI Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012): historiador britânico marxista, nascido em Alexandria e criado entre Viena e Berlim. Membro do Partido Comunista Britânico, destacou-se por obras como *A era das revoluções* e *A era dos extremos*. Defendia que o marxismo era o melhor método para compreender o capitalismo, unindo rigor histórico e análise crítica. Lecionou no Birkbeck College e influenciou gerações com sua interpretação global da história.

## EDITOR DA ENTREVISTA

Cláudio Luiz Zanotelli

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Espírito Santo, Brasil

claudio.zanotelli@ufes.br

Entrevista recebida em: 10/11/2025

Entrevista aprovada em: 31/03/2026

Entrevista publicada em: 07/04/2026